

DIAGNÓSTICO DA INSERÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS NO MERCADO DE TRABALHO EM UM CONTEXTO DE CRISE E MAIOR FLEXIBILIZAÇÃO



Organização
Internacional
do Trabalho



DIAGNÓSTICO DA INSERÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS NO MERCADO DE TRABALHO EM UM CONTEXTO DE CRISE E MAIOR FLEXIBILIZAÇÃO



Organização
Internacional
do Trabalho



Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

DIAGNÓSTICO DA INSERÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS NO MERCADO DE TRABALHO EM UM CONTEXTO DE CRISE E MAIOR FLEXIBILIZAÇÃO



Organização
Internacional
do Trabalho



Brasília, 2020

EQUIPE TÉCNICA

Carlos Henrique Leite Corseuil

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail:* <carlos.corseuil@ipea.gov.br>.

Katcha Poloponsky

Analista de pesquisa e avaliação da Fundação Roberto Marinho. *E-mail:* <katchap@gmail.com>.

Maira Penna Franca

Pesquisadora na Disoc/Ipea. *E-mail:* <maira.franca@ipea.gov.br>.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
1 INTRODUÇÃO	9
2 ANTECEDENTES: CRISE, DESEMPREGO E SEUS DETERMINANTES	11
3 QUALIFICANDO A OCUPAÇÃO DOS JOVENS	18
4 AMPLIANDO O FOCO: ESTUDO E MERCADO DE TRABALHO	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	37

PREFÁCIO

Existe uma parceria de longa data entre o Ipea e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), envolvendo colaborações em pesquisas, coleta e análise de dados, publicações conjuntas e debates públicos.

Compartilhando uma preocupação sobre o tema do emprego juvenil, o Ipea e a OIT vêm unindo esforços para entender de que forma os jovens brasileiros se inserem no mercado de trabalho. Em 2015, foi publicado um relatório com o selo de ambas as instituições analisando em profundidade o tema com dados para o período de 2006 a 2013.¹ Esse relatório mostrava que, mesmo em um momento em que a economia brasileira seguia uma trajetória positiva com queda no desemprego e aumento de renda, parecia haver barreiras para que uma parcela considerável dos jovens conseguisse acesso a empregos de qualidade.

Justamente, a partir de 2015, houve uma reversão nas condições do mercado de trabalho brasileiro marcada por uma forte aceleração na taxa de desemprego, que seguiu crescendo até meados de 2017. Essa drástica mudança de contexto motivou o Ipea e a OIT a unirem esforços mais uma vez para atualizar o diagnóstico que havia sido feito sobre as condições dos jovens brasileiros no mercado de trabalho na conjuntura anterior.

O presente relatório é o resultado desse esforço, que não se limitou a uma mera atualização de indicadores já computados na publicação de 2015. Os autores se debruçaram sobre as mais recentes fontes de dados para trazer uma abordagem inovadora que incorpora análises das transições entre situações do mercado de trabalho, marcado por rápida transformação no período.

Em boa hora nos chega este relatório. Ao iluminar as questões que envolvem as mudanças na inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, em um período de forte alta do desemprego, contribui enormemente para auxiliar gestores públicos e privados na concepção de ações e políticas que visem minimizar os impactos negativos do atual contexto recessivo devido à pandemia da Covid-19.



Carlos Von Doellinger
Presidente, Ipea



Martin Georg Hahn
Diretor, Escritório da OIT para o Brasil

1. Corseuil, Carlos Henrique L.; Franca, Máira A. P. *Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013*. Brasília: OIT, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2N3u78P>>.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passou por transformações importantes a partir de 2015, que tiveram impactos fortes no mercado de trabalho e que apresentam implicações significativas para a inserção dos jovens em termos quantitativos e qualitativos. No intuito de identificar as principais tendências da juventude brasileira no mercado de trabalho, passando de um contexto de crescimento para um contexto de crise e maior flexibilização, este texto se baseia em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do período do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019, complementados pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais), da Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, de 2012 a 2017. Trata-se de um estudo inovativo por dois motivos principais: além de apresentar uma atualização importante de dados sobre a evolução dos indicadores laborais do público-alvo dos jovens, o estudo adotou a abordagem de utilizar indicadores que retratam os fluxos (em vez de estoques) de jovens no mercado de trabalho. Assim, pretende-se apresentar um diagnóstico atual e informativo para estudiosos e formuladores de políticas públicas.

Na última década, foram produzidos muitos estudos com o intuito de analisar as tendências de inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. Entre outros, cabe aqui um destaque para os estudos de Constanzi (2009) e Corseuil e Franca (2015), ambos comissionados pelo escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. A grande maioria desses estudos trazem duas características. Em primeiro lugar, são baseados em informações que se estendem, no máximo, até a primeira metade da última década. No entanto, a conjuntura econômica mudou radicalmente após 2015, com a taxa de desemprego saltando de 7,9% para 13,7% entre os primeiros trimestres de 2015 e 2017. Esse novo contexto, por si só, já motiva uma análise com informações mais atuais.

Além disso, entre 2017 e 2018, foi implementada uma série de importantes alterações na legislação trabalhista, no sentido de incrementar o grau de flexibilização das relações trabalhistas. Em particular, vale ressaltar a maior facilidade conferida à prestação de serviço às empresas por terceiros. A isso se soma o surgimento de novas tecnologias, entre as quais também se destacam tecnologias associadas à prestação de serviços (aplicativos). Entende-se que o conjunto desses fatores e outros contribuiu para um crescimento expressivo de ocupações por conta própria nos últimos anos, que, em grande parte, foi puxado por trabalhadores desse segmento envolvidos em atividades afetadas pelo uso de aplicativos, tais como os setores de transporte terrestre e serviços de entrega (Ipea, 2020).

Em suma, o cenário no mercado de trabalho, na segunda metade da última década, foi afetado por uma escassez de oportunidades de trabalho e uma realocação das oportunidades existentes. Tal transformação no mercado de trabalho configura, portanto, uma primeira motivação para uma nova análise do panorama dos jovens nesse ambiente.

Uma segunda motivação para uma nova análise do panorama dos jovens no mercado de trabalho reside no fato de que os estudos prévios tendem a ser baseados em indicadores que retratam estoques, em detrimento aos fluxos.² É sabido, no entanto, que os indicadores de estoque podem se mover timidamente mesmo quando há uma rica dinâmica de realocação de trabalhadores e postos de trabalho. Mesmo quando os indicadores de estoque mostram movimentos pronunciados, os indicadores de fluxo podem se revelar muito úteis para compreender os determinantes desses movimentos. Motivada por esses fatos, uma abordagem baseada em análise dos fluxos de trabalhadores (ou transições) vem ganhando cada vez mais espaço na literatura especializada (notadamente, após a publicação do estudo de Blanchard e Diamond, 1992).

A recente disponibilização de dados longitudinais da PNAD Contínua possibilita esse tipo de análise baseada em fluxos com cobertura para todo o território nacional e todos os tipos de vínculos empregatícios.³ Nossa

2. Vale mencionar o estudo de Venturi e Torini (2014) como uma exceção à essa regra.

3. Até meados dessa década, o IBGE disponibilizava dados longitudinais com informações sobre o mercado de trabalho por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), cuja cobertura era restrita para as seis maiores regiões metropolitanas do Brasil (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

análise empírica faz extenso uso dos dados da PNAD Contínua para o período de 2012 até o primeiro trimestre de 2019. De forma complementar, utilizaremos também os dados da Rais para o período 2012-2017. Os dados da Rais também são longitudinais e permitem extrair informações mais detalhadas a respeito da empresa onde o trabalhador se emprega. Entretanto, a cobertura da Rais se restringe ao setor formal.

Conforme já mencionado, o período a ser analisado compreende uma forte aceleração das taxas de desemprego. Os jovens são apontados como o grupo cuja respectiva taxa de desemprego possui maior sensibilidade ao ciclo econômico. Zanin (2015) provê evidências empíricas com dados de 33 países no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), corroborando essa maior sensibilidade da taxa de desemprego dos mais jovens.

Porém as causas para essa maior sensibilidade não são consenso na literatura. Alguns estudos apontam para o fato de os jovens, quando empregados, terem menos acúmulo de capital humano e menos proteção contra demissão (O'Higgins, 1997; Bell e Blanchflower, 2011; Dunsch, 2016). De forma complementar, Huckfeldt (2018) indica um aumento no nível de exigência dos empresários para contratações em períodos de crise como outro fator relevante para a maior sensibilidade da taxa de desemprego dos jovens. Essa maior exigência, sobretudo quando aplicada à dimensão de experiência, tende a reduzir muito as contratações de jovens em períodos de crise, contribuindo para uma maior duração do desemprego dos jovens, a qual, por sua vez, impulsiona as taxas de desemprego dos jovens nessas ocasiões. Vários resultados que apresentaremos nas próximas seções são compatíveis com esse diagnóstico.

O diagnóstico da inserção dos jovens no mercado de trabalho está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. A seção 2 contextualiza a conjuntura do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2019, com um foco no aumento do desemprego dos jovens e seus determinantes entre 2015 e 2017. Para complementar, exploraremos o caráter longitudinal da PNAD Contínua com uma análise dos fluxos de entrada e saída do desemprego. Nessa seção, fica clara a maior retenção dos jovens no estado de desemprego como um importante determinante no aumento do desemprego dos jovens. A seção 3 busca caracterizar como se altera a composição do emprego dos jovens no período de aceleração das taxas de desemprego. Para tanto, investigamos aspectos qualitativos da ocupação dos jovens – como o nível de informalidade, o tipo de contrato de trabalho, os rendimentos e a jornada – e algumas características das firmas em que os jovens estão inseridos, como o tamanho da empresa e o setor de atividade. Nossos resultados apontam uma piora na qualidade da ocupação dos jovens em todas as dimensões investigadas quando se comparam os anos após o aumento do desemprego (2017 em diante) com os anos anteriores ao aumento do desemprego (antes de 2015). A seção 3 traz também análises dos fluxos de fora do emprego para o emprego informal e formal e transições para o emprego formal por tipo de vínculo e tamanho da empresa. Nesse quesito em particular, é nítido que a piora na qualidade da ocupação se deve, em boa medida, aos jovens que estavam sem ocupação e ingressaram em ocupações de qualidade inferior. Por último, na seção 4, investigamos a conciliação entre as atividades de estudo e trabalho dos jovens brasileiros, com foco nos jovens que não estão ocupados e não estudam, o chamado nem-nem ou sem-sem.

Devido à grande heterogeneidade entre os jovens, sempre que possível, os dados serão desagregados segundo algumas características individuais. Desagregações por gênero,

escolaridade e por faixa etária (15 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos) estarão sempre presentes nos indicadores listados anteriormente.

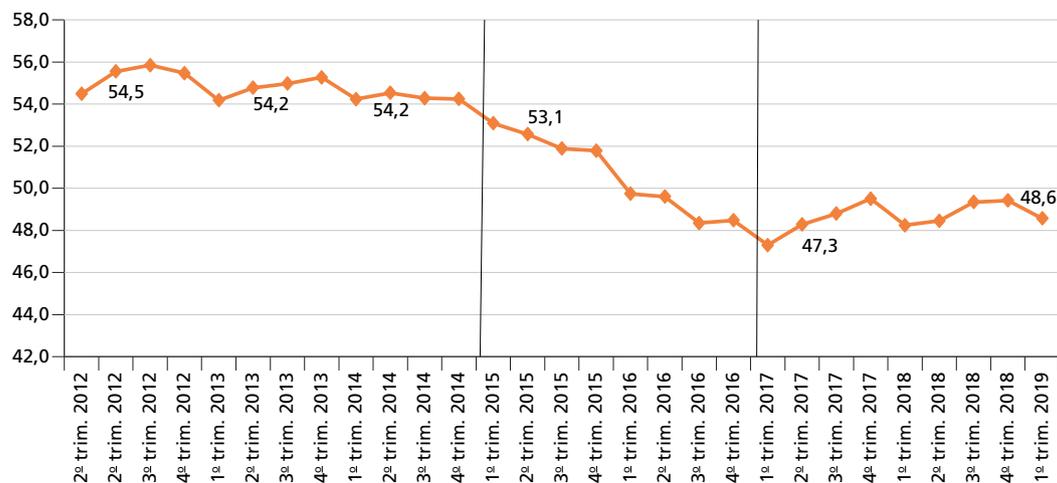
Por fim, vale ressaltar que nossa análise não cobre o período no qual o país foi severamente afetado pela pandemia da Covid-19, notadamente março de 2019. O principal motivo para tal fato é a indisponibilidade de dados para esse período. Os dados da PNAD Contínua são agrupados por trimestre e divulgados dois meses depois do trimestre de referência. Logo, os dados do primeiro trimestre de 2020 só devem ser divulgados no final de maio. Mesmo esses dados referentes ao primeiro trimestre podem ser pouco informativos, haja vista que as medidas de precaução à Covid-19 começaram a ser implementadas nos primeiros estados em meados de março, ou seja, na última das seis quinzenas compreendidas nesse período. Os dados referentes ao segundo trimestre de 2020 devem ser bem mais informativos sobre o impacto da pandemia em relação ao mercado de trabalho brasileiro, em particular sobre a inserção dos jovens neste. No entanto, esses dados só devem ser disponibilizados em agosto.

Ademais, a nossa análise da inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, centrada no forte aumento do desemprego observado entre 2015 e 2017, pode ser bastante informativa sobre os impactos da Covid-19, haja vista que se trata de um choque de natureza semelhante no que diz respeito a uma forte contração na demanda, que deve levar a uma outra forte aceleração no desemprego.

2 ANTECEDENTES: CRISE, DESEMPREGO E SEUS DETERMINANTES

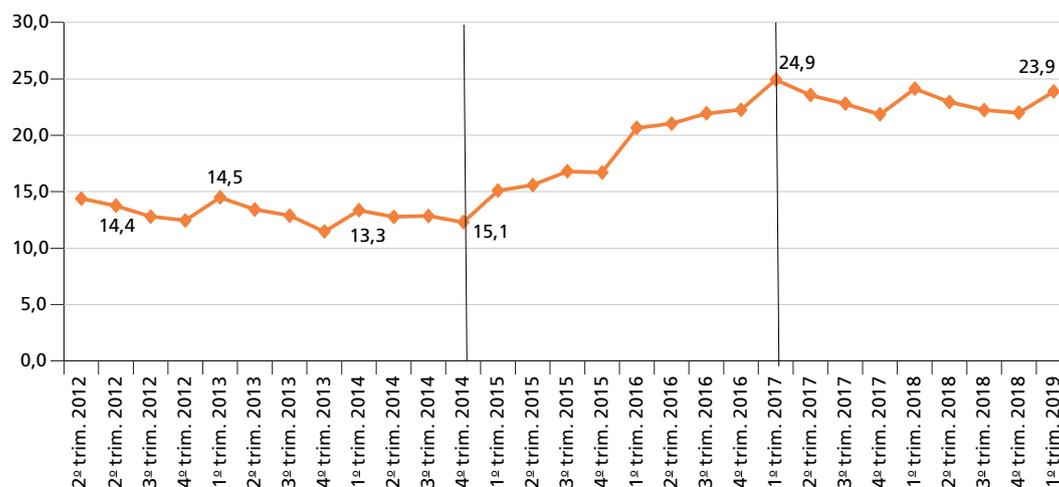
A análise da conjuntura do mercado de trabalho nos anos mais recentes tem destacado um expressivo aumento na taxa de desemprego. O gráfico 1 apresenta a evolução das taxas de ocupação para os jovens de 15 a 29 anos do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019. A taxa de ocupação, que estava em torno de 54% no período 2012-2014, seguiu uma tendência de queda acentuada a partir de 2015 até o primeiro trimestre de 2017, quando chega a 47,3%, uma redução de 7 pontos percentuais (p.p.). A partir do segundo trimestre de 2017, houve uma leve recuperação da taxa de ocupação, que passou a oscilar em torno de 48,5%.

GRÁFICO 1
Taxa de ocupação dos jovens de 15 a 29 anos (2012-2019)
(Em %)



No gráfico 2, percebe-se a mesma tendência negativa no período 2015-2017. De 2012 a 2014, o valor da taxa de desemprego entre os jovens oscilou em torno de 13%. A partir do primeiro trimestre de 2015, o desemprego seguiu uma trajetória de crescimento elevado e contínuo, passando de 15%, no primeiro trimestre de 2015, para 25%, no mesmo trimestre de 2017, um aumento de 10 p.p. em dois anos. Após esse período, a taxa mostra sinais de recuo, mas em 2018 passa a oscilar em um patamar maior e em 2019 volta a subir, chegando a 23,9%. Como a taxa de participação manteve-se relativamente constante no período de maior aceleração do desemprego, 2015-2017, o aumento na taxa de desemprego pode ser atribuído à queda na ocupação, sem que houvesse muita alteração no tamanho da população economicamente ativa (PEA).

GRÁFICO 2
Taxa de desemprego dos jovens de 15 a 29 anos (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

O aumento do desemprego ocorreu de forma generalizada entre todos os recortes socioeconômicos, como mostra a tabela 1. Observa-se que o primeiro trimestre de 2017 registrou o maior valor da taxa em todas as desagregações. Na desagregação por faixa etária, o grupo dos adolescentes foi o mais afetado, com um crescimento de 20 p.p. entre os primeiros trimestres de 2013 e 2019, passando de 25,2%, no primeiro trimestre de 2013, para 45,4%, no mesmo trimestre de 2019. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o aumento do desemprego em todo o período analisado foi de 10,8 p.p., chegando a 27,3% em 2019. Vale destacar que a taxa de desemprego nesta faixa etária chegou a 28,7% no primeiro trimestre de 2017. No grupo dos jovens adultos, verificou-se uma elevação menos abrupta do desemprego. No mesmo período, a taxa de desemprego desse grupo subiu 5,8 p.p., chegando a 15,3% no primeiro trimestre de 2019.

No recorte por gênero, entre os primeiros trimestres de 2013 e 2019, as taxas de desemprego de homens e de mulheres registraram aumentos de 9,0 p.p. e 9,7 p.p., respectivamente. Na desagregação por nível de educação, os menos escolarizados (fundamental incompleto) registraram um crescimento de 11,2 p.p. na taxa de desemprego entre o terceiro trimestre de 2013 e o mesmo trimestre de 2017, quando essa taxa passou de 15,0% para 26,6%. Os jovens com fundamental completo tiveram um crescimento de 9,6 p.p. no mesmo período.

TABELA 1
Taxa de desemprego dos jovens de 15 a 29 anos, por características socioeconômicas
(Em %)

Ano	1º trim. 2013	1º trim. 2015	1º trim. 2017	1º trim. 2019	Varição (1º trim. 2017 - 1º trim. 2015)	Varição (1º trim. 2019 - 1º trim. 2013)
Jovens	14,5	15,1	24,9	23,9	9,8	9,4
Faixa etária						
15 a 17 anos	25,2	26,6	45,8	45,4	19,2	20,2
18 a 24 anos	16,4	17,6	28,7	27,3	11,1	10,8
25 a 29 anos	9,5	9,6	15,7	15,3	6,1	5,8
Gênero						
Homens	11,9	12,6	21,9	20,9	9,3	9,0
Mulheres	17,8	18,3	28,8	27,5	10,4	9,7
Nível de ensino						
Fundamental incompleto	15,0	15,3	26,6	25,1	11,2	10,0
Fundamental completo	14,4	15,1	24,7	23,7	9,6	9,3

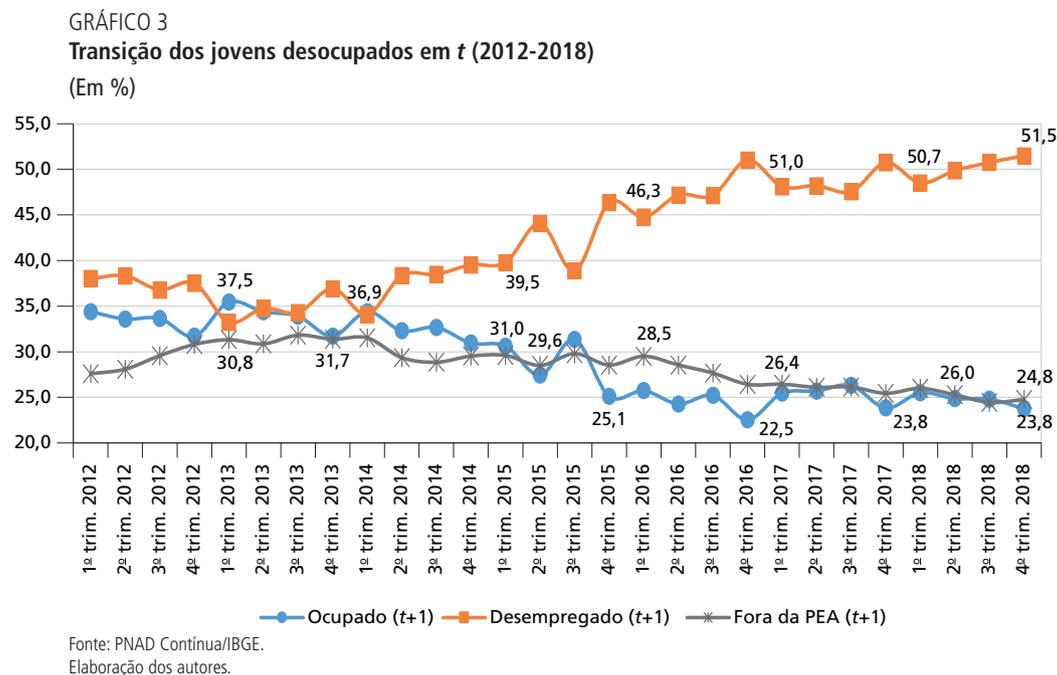
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

2.1 Fluxos de entrada e saída do desemprego

Para complementar a análise da evolução do desemprego entre os jovens, exploramos o caráter longitudinal da PNAD Contínua.

A amostra da PNAD Contínua segue um esquema de rotação no qual os indivíduos de cada domicílio são entrevistados por cinco trimestres consecutivos e depois deixam a amostra. Entre um trimestre e outro, há uma sobreposição de, ao menos, 80% da amostra, o que nos possibilita acompanhar a transição dos indivíduos entre os estados da força de trabalho: *i*) ocupados; *ii*) desocupados; e *iii*) fora da PEA entre um trimestre e outro.

O gráfico 3 apresenta a proporção de jovens que se encontravam inicialmente desempregados no trimestre *t* e que transitaram para ocupação, fora da força de trabalho, ou que permaneceram desempregados no trimestre seguinte. Chama a atenção a enorme subida na proporção de jovens que permaneceram desempregados entre um trimestre e outro. Entre 2012 e 2014, em média, 37% dos jovens que se encontravam desocupados inicialmente permaneciam nessa situação no trimestre seguinte. Essa proporção aumentou continuamente devido à recessão econômica, chegando a 51,5% entre o quarto trimestre de 2018 e o primeiro trimestre de 2019. Em termos absolutos, o número de jovens que se mantiveram na condição de desempregados mais que dobrou, passando de 905 mil, no quarto trimestre de 2014, para 2 milhões, no quarto trimestre de 2019.



O aumento na permanência do desemprego ocorreu principalmente em detrimento da transição de desocupados para ocupação – que despencou 7,2 p.p. entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2018 – e, em menor grau, pela transição de desocupados para fora da PEA, cuja queda foi menor, 4,8 p.p.

Essas tendências foram homogêneas entre os grupos socioeconômicos. A longa duração da crise econômica e a lenta recuperação do emprego tiveram como consequência um aumento na permanência do desemprego, como mostram os dados da tabela 2.

A proporção de jovens desempregados que buscavam trabalho há pelo menos um ano, que era de 29,9% no primeiro trimestre de 2013, aumentou para 38,8% no primeiro trimestre de 2019. Esse fato é extremamente preocupante, principalmente para os jovens que estão iniciando sua carreira profissional. Na faixa de 15 a 17 anos, a parcela de desempregados há pelo menos um ano aumentou em 5,2 p.p. e era um pouco menor do que a média dos jovens em geral (30,3% no primeiro trimestre de 2019). É de se esperar que nessa faixa etária uma parte expressiva dos jovens tenha ingressado na força de trabalho recentemente, o que empurra esse percentual para baixo. Nos demais grupos etários, o percentual de desempregados há pelo menos um ano ficou em torno de 40% nos primeiros trimestres de 2017 e 2019. Em relação ao sexo, a proporção de mulheres desempregadas no longo prazo (42,8%) era maior que a de homens (34,6%) no primeiro trimestre de 2019, porém, para os homens, verificou-se um crescimento maior no período como um todo, de 9,2 p.p.

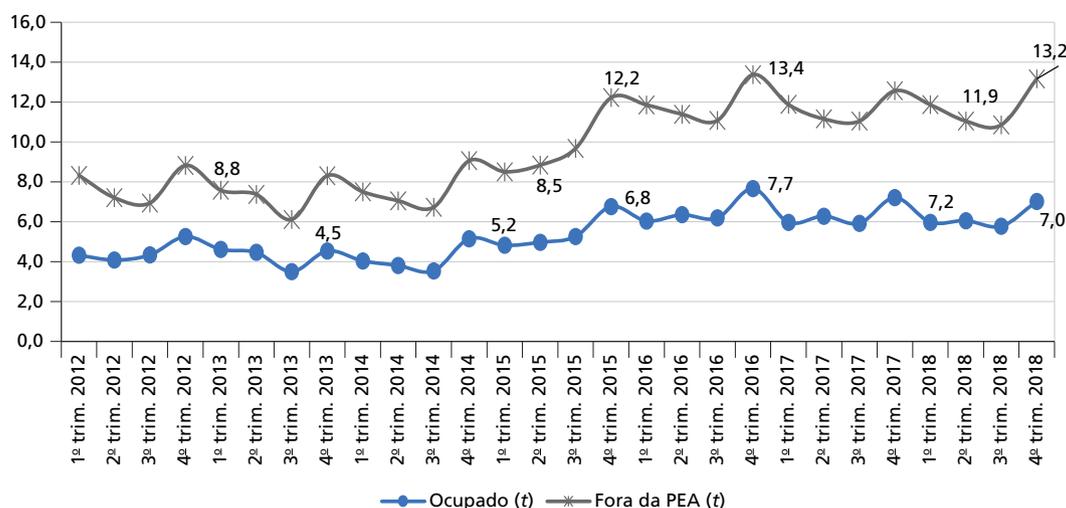
Além do aumento na permanência no desemprego, o gráfico 4 mostra que, durante o período recessivo, ocorreu uma elevação da transição para o desemprego dos jovens que se encontravam inicialmente ocupados ou que estavam fora da força de trabalho. A proporção de jovens ocupados em t que transitaram para o desemprego era, em média, de 4,3% entre 2012 e 2014, tendo aumentado para 7,0% no quarto trimestre de 2018. Entre os jovens que se encontravam fora da força de trabalho, a média de 2012 a 2014 era de 7,6%, tendo subido para 13,2%.

TABELA 2
Proporção de desempregados que buscam emprego há um ano ou mais
 (Em %)

Ano	1º trim. 2013	1º trim. 2015	1º trim. 2017	1º trim. 2019	Varição (1º trim. 2017 - 1º trim. 2015)	Varição (1º trim. 2019 - 1º trim. 2013)
Jovens	29,9	32,4	38,7	38,8	6,3	8,9
Faixa etária						
15 a 17 anos	25,0	28,8	29,6	30,3	0,8	5,3
18 a 24 anos	29,9	32,2	40,3	40,0	8,1	10,1
25 a 29 anos	33,2	34,8	40,4	40,9	5,6	7,6
Gênero						
Homens	25,3	27,5	34,3	34,6	6,8	9,2
Mulheres	33,9	36,7	42,8	42,8	6,2	8,8
Nível de ensino						
Fundamental incompleto	26,6	26,7	34,5	35,6	7,8	9,0
Fundamental completo	30,7	33,4	39,4	39,2	6,0	8,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração dos autores.

GRÁFICO 4
Transição para o desemprego em t+1 (2012-2018)
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração dos autores.

Em valores absolutos, comparando a transição do quarto trimestre de 2014 com o primeiro trimestre de 2015, com a transição do quarto trimestre de 2018 para o primeiro trimestre de 2019, a população de jovens que transitou da ocupação para o desemprego aumentou em 187 mil; a de jovens fora da PEA que transitaram para o desemprego, em 378 mil; e a de desempregados que se mantiveram nesse estado, em 1,17 milhão. Portanto, o fluxo mais importante para explicar o aumento no desemprego é o de permanência na condição de desempregado.

2.2 Taxa de admissão, desligamento e rotatividade

De acordo com Corseuil *et al.* (2013), uma explicação para as altas taxas de desemprego na juventude estaria baseada nas altas taxas de rotatividade para os jovens, mesmo no

setor formal. Os trabalhadores jovens experimentam altas taxas de rotatividade no Brasil, devido tanto a taxas mais altas de contratação como também a de separação. Os dados utilizados no estudo mostram que as taxas de contratação⁴ no setor formal eram próximas de 90% para jovens e 40% para adultos entre 1996 e 2010. Nesse sentido, não parece haver barreira para jovens serem contratados no setor formal. Porém, as taxas de desligamento reportadas também foram maiores para os jovens (72% para jovens e 41% para adultos), ou seja, os jovens têm oportunidade no setor formal, mas permanecem por pouco tempo em seus postos de trabalho.

A saída muito frequente para jovens do setor formal tende a gerar menor incentivo para se investir em treinamento (tanto por parte do empresário como por parte do próprio jovem), além de contribuir para a destruição do capital humano específico que tiver sido acumulado na empresa. No longo prazo, esses efeitos geram menores níveis de produtividade – e, portanto, de salários – tanto para o trabalhador individual quanto para a economia como um todo.

No gráfico 5, analisamos a evolução das taxas de admissão, desligamento⁵ e de rotatividade dos jovens no período 2012-2017. Podemos notar uma tendência de queda na taxa de rotatividade, que se intensifica a partir de 2015, passando de 70%, em 2012, para 46%, em 2017. Com relação às taxas de admissão e desligamento, observa-se uma queda maior na taxa de admissão, aproximando-se da taxa de desligamento em 2017. Ambas passaram de 96,9% e 84,0%, em 2012, para 68,6% e 61,2%, respectivamente, em 2017. Vale destacar que, de 2016 para 2017, houve um leve crescimento da taxa de admissão, e a taxa de desligamento continuou em queda.

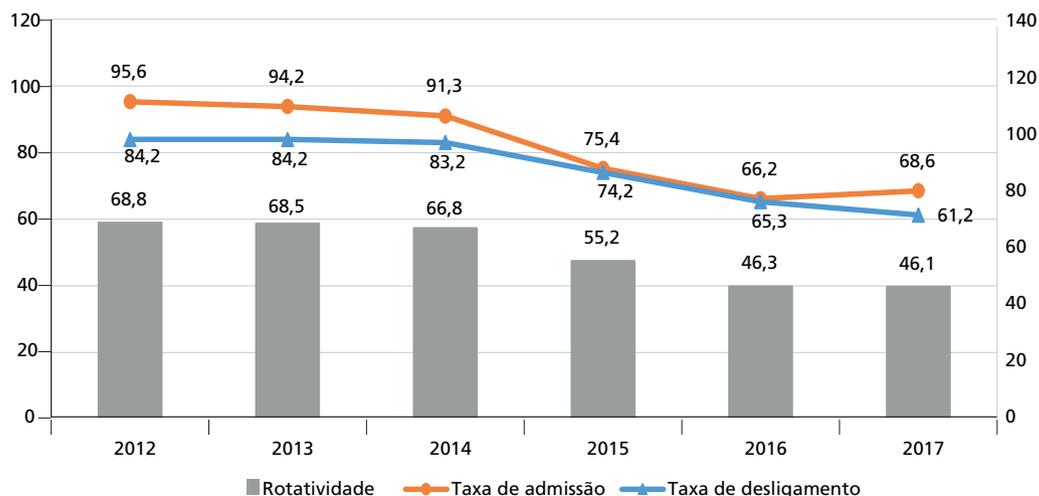
A literatura especializada também analisa uma medida alternativa de rotatividade que procura descontar a parcela da rotatividade induzida por desligamentos voluntários do trabalhador (Dieese, 2016). Os nossos dados permitem realizar esse tipo de análise.

A taxa de rotatividade dos jovens de 15 a 29 anos, considerando somente os desligados por iniciativa da empresa, recuou 15 p.p. de 2012 a 2017. A queda também se intensificou a partir de 2015 e ocorreu de forma generalizada entre todos os recortes socioeconômicos, como mostra a tabela 2. No recorte por faixa etária, os jovens de 18 a 24 anos se destacam com a maior queda, -17,5 p.p., e os mais jovens tiveram a menor queda, -8,5 p.p. Com relação ao sexo, os homens apresentaram um recuo de 16,9 p.p. na taxa de rotatividade, enquanto as mulheres tiveram queda de 12,4 p.p. Na análise por nível de ensino, o destaque foi o grupo de jovens com ensino fundamental incompleto, que registrou queda de 28,2 p.p., mais que o dobro da queda daqueles com fundamental completo (-13,4 p.p.).

4. Calculadas pela soma das contratações de jovens e dividido pelo emprego médio anual em cada ano do período analisado.

5. Calculada pela soma dos desligamentos de jovens e dividido pelo emprego médio anual em cada ano do período analisado.

GRÁFICO 5
Taxas de admissão, desligamento e rotatividade de jovens de 15 a 29 anos (2012-2017)
(Em %)



Fonte: Rais/ME.
Elaboração dos autores.

Esses fatos sobre a evolução da rotatividade sugerem duas conclusões. Em primeiro lugar, apesar de a taxa de rotatividade ser cada vez mais apontada como um importante determinante das altas taxas de desemprego dos jovens, ela não parece ter contribuído para o aumento recente do desemprego no Brasil. Em segundo lugar, a queda na taxa de rotatividade dos jovens se deve muito mais à queda expressiva registrada na contratação do que ao movimento nas taxas de desligamento.

TABELA 3
Taxa de rotatividade (desligamentos involuntários) dos jovens de 15 a 29 anos (2012-2017)
(Em %)

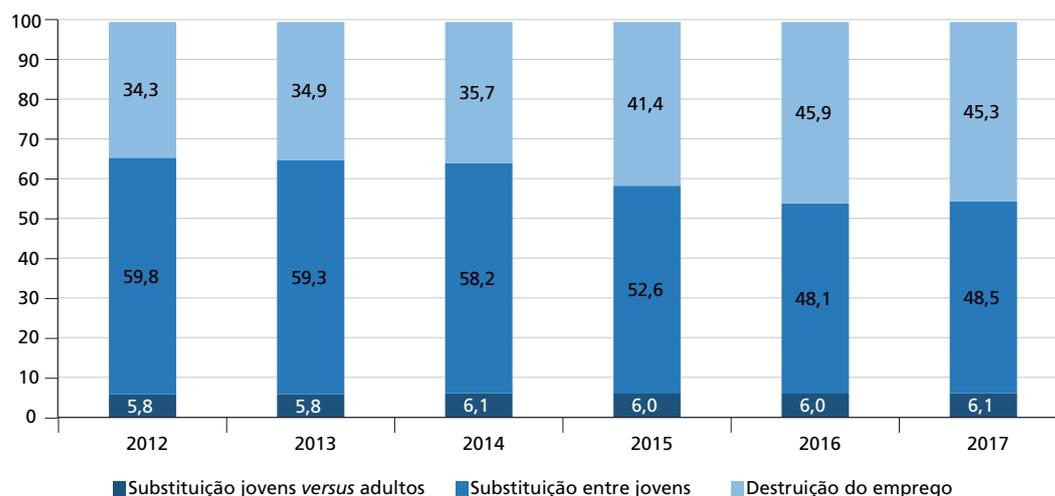
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição (2017-2012)
Jovens	50,9	51,0	50,4	44,4	39,5	35,9	-14,9
Faixa etária							
15 a 17 anos	48,7	49,1	48,7	43,1	38,7	35,3	-13,4
18 a 24 anos	56,8	56,6	56,1	48,8	42,8	39,3	-17,5
25 a 29 anos	39,8	40,2	39,2	34,5	30,9	27,6	-12,2
Gênero							
Homens	52,7	53,4	52,4	45,5	40,1	35,8	-16,9
Mulheres	45,2	44,7	44,5	39,6	35,5	32,8	-12,4
Nível de ensino							
Fundamental incompleto	66,5	65,8	64,5	53,9	44,5	38,3	-28,2
Fundamental completo	48,7	49,1	48,7	43,1	38,7	35,3	-13,4

Fonte: Rais/ME.
Elaboração dos autores.

Os determinantes da evolução da rotatividade podem ser analisados em outra dimensão, para além do contraste entre admissões e desligamentos. Quando um trabalhador jovem deixa um emprego, pode ocorrer a substituição por outro trabalhador jovem (substituição entre jovens), por um adulto que possui mais experiência (substituição jovens *versus* adultos) ou a vaga pode ser eliminada pela empresa (destruição do emprego). Partindo do conjunto de todos os desligamentos de trabalhadores jovens, o gráfico 6 mostra em que proporção houve substituição entre jovens, substituição de jovens por adultos ou destruição do emprego no período 2012-2017. Analisando

os dados, percebe-se que houve uma queda relativa na parcela de desligamentos provenientes da substituição entre jovens e aumento na parcela de desligamentos provenientes da destruição, ou fechamento, do posto de trabalho. Em 2012, 34,3% dos postos não foram substituídos, 59,8% foram substituídos por outros jovens e 5,8%, por adultos. Em 2017, 45,3% foram destruídos, 48,5% foram substituídos por outros jovens e 6,1% foram substituídos por adultos.

GRÁFICO 6
Substituição e destruição do emprego de jovens de 15 a 29 anos (2012-2017)
(Em %)



Fonte: Rais/ME.
Elaboração dos autores.

3 QUALIFICANDO A OCUPAÇÃO DOS JOVENS

3.1 Informalidade

A alta prevalência de emprego informal é bem preocupante, na medida em que muitos dos direitos que o trabalhador deveria receber durante o período empregado são frequentemente negados nesse tipo de relação trabalhista. Na juventude, esse tipo de relação é ainda mais preocupante, haja vista que trabalhar na informalidade no início da carreira pode comprometer toda a sua trajetória profissional. Por exemplo, Cruces, Ham e Viollaz (2012) mostram que o jovem que ocupa um posto informal, no início de sua trajetória profissional, tem um crescimento de salário menor que outro jovem semelhante que ingressa no mercado de trabalho em um posto formal.

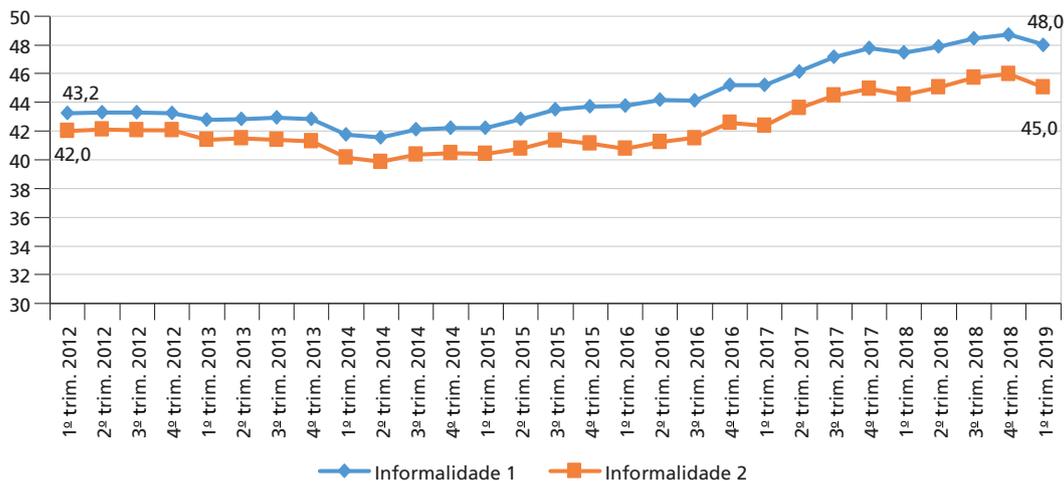
Análises recentes sobre inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho têm demonstrado que a questão da informalidade sobressaía como um desafio a ser enfrentado mesmo quando atravessávamos um período de aquecimento da economia, inclusive do mercado de trabalho (Brasil e Ipea, 2014). Outro ponto destacado pelos analistas é a predominância de certos grupos de jovens entre os que estão em ocupações informais. Vale destacar dois grupos não excludentes: os jovens menores de idade (15 a 17 anos) e aqueles que encontram uma ocupação pela primeira vez (Reis, 2015).

A análise da informalidade entre os jovens que segue traz resultados para os diversos recortes populacionais e os diversos pontos do tempo disponibilizados pelas duas fontes de informação utilizadas: PNAD Contínua e Rais. Nesta seção, iremos explorar também o caráter longitu-

dinal dos dados da PNAD Contínua, para trazer à tona as movimentações dos trabalhadores jovens para dentro e para fora do setor informal. Vale dizer que alguns estudos têm destacado a preponderância desses fluxos do setor informal no mecanismo de ajuste do mercado de trabalho brasileiro às diferentes fases do ciclo econômico (Moreira, Foguel e Corseuil, 2017).

No gráfico 7, apresentamos a taxa de informalidade a partir de duas definições. A taxa de informalidade 1 considera como informais os jovens empregados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores não remunerados. A definição 2 leva em consideração a contribuição para a Previdência dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores; sendo assim, são considerados informais os empregados sem carteira, os trabalhadores não remunerados e os trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem com a Previdência. Como se pode observar no gráfico 7, as trajetórias são semelhantes, com a taxa de informalidade 1 em um patamar um pouco mais elevado que a taxa 2. A taxa de informalidade 1 passou de 43,2%, no primeiro trimestre de 2012, para 48,0%, no primeiro trimestre de 2019, enquanto a taxa 2 passou de 42% para 45% no mesmo período analisado. Nota-se que, a partir do primeiro trimestre de 2016, a informalidade segue uma trajetória crescente, a qual se intensifica em 2017 e 2018, chegando ao seu maior valor no quarto trimestre de 2018 (48,7% para a definição 1 e 46% para a definição 2).

GRÁFICO 7
Taxa de informalidade dos jovens 15 a 29 anos (2012-2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração dos autores.

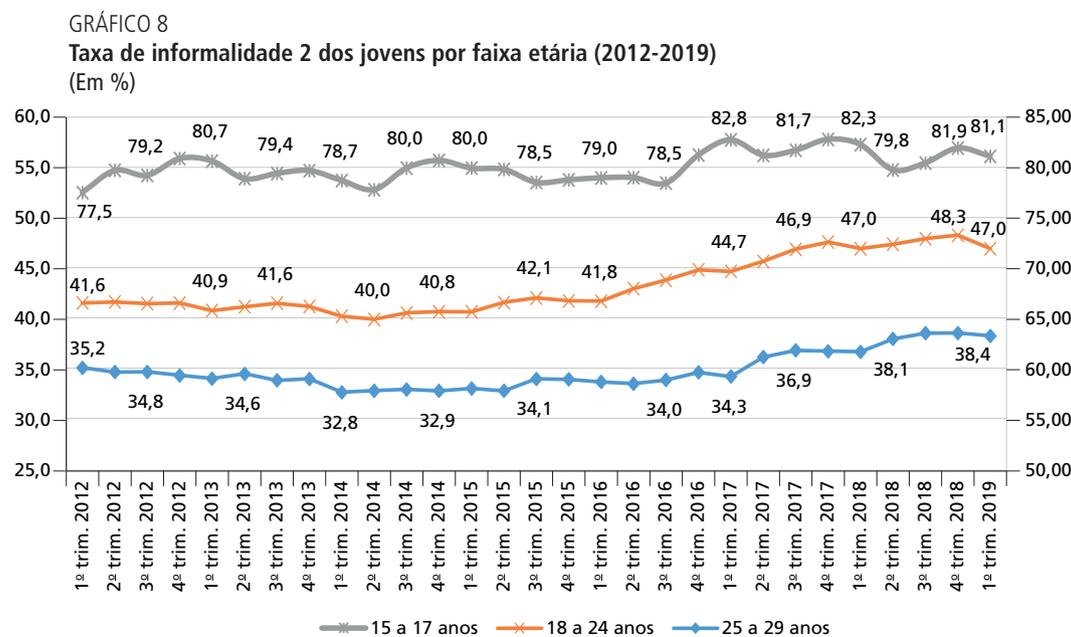
Obs.: 1. Informalidade 1 = (sem carteira + conta própria + não remunerados)/ocupados.

2. Informalidade 2 = (sem carteira + conta própria não contribui Previdência + empregador não contribui Previdência + não remunerados)/ocupados.

O gráfico 8 traz a evolução da taxa de informalidade pela definição 2 em cada uma das três faixas etárias. Os valores referentes aos jovens de 15 a 17 anos se encontram em um patamar bem mais elevado, 80% em média, em comparação aos valores para as faixas de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, 43,3% e 34,9%, respectivamente. Vale observar que a trajetória difere entre as faixas etárias. Entre os adolescentes, não houve tendência de crescimento.

Para os jovens de 18 a 24 anos, a trajetória de crescimento começa mais cedo do que para os jovens de 25 a 29 anos. No período de maior aceleração do desemprego, entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2017, a taxa de informalidade dos adolescentes oscilou pouco (2,8 p.p.) relativamente à sua magnitude. No grupo de 18 a 24 anos, a taxa de informalidade cresceu mais nesse período (4,0 p.p.), e continuou em expansão,

chegando ao valor máximo de 48,3% no quarto trimestre de 2018. Para os jovens de 25 a 29 anos, a trajetória de crescimento se intensificou a partir do primeiro trimestre de 2017, com a taxa passando de 34,3% para 38,6% no quarto trimestre de 2018.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: Informalidade 2 = (sem carteira + conta própria não contribui Previdência + empregador não contribui Previdência + não remunerados)/ocupados.

3.2 Composição do emprego

A tabela 4 mostra a composição do emprego dos jovens de 2013 a 2019. Nela, podemos observar que 50,5% dos ocupados estão empregados com carteira no setor formal, sendo que 45,2% estão empregados com carteira assinada em contratos por tempo indeterminado. No período do primeiro trimestre de 2013 ao primeiro trimestre de 2019, houve diminuição da proporção de empregados formais (com carteira e militares/estatutários) de 5,4 p.p. Vale destacar que, até o primeiro trimestre de 2015, se verificou um aumento na participação dos formais, que chegou a 56,4% dos ocupados. A maior queda no percentual de formais se concentrou no período de 2015-2017 (3,2 p.p.).

A proporção de empregados informais, sem carteira e não remunerados se manteve relativamente estável na comparação 2013-2019, com um acréscimo de apenas 0,9 p.p. no período. Eles representam 31,3% dos ocupados no primeiro trimestre de 2019, sendo que 27,38% trabalhavam sem carteira assinada e 3,92% eram trabalhadores sem remuneração. Com relação aos empreendedores, os formais (conta própria e empregadores que contribuem para a Previdência) aumentaram sua participação de 2,69%, no primeiro trimestre de 2013, para 4,51%, no mesmo trimestre de 2019. Por sua vez, os empreendedores informais cresceram 2,71 p.p. no período 2013-2019, passando de 11,02%, em 2013, para 13,73% dos ocupados, no primeiro trimestre de 2019.

TABELA 4
Distribuição dos jovens ocupados, por posição na ocupação
 Em (%)

Ano	1º trim. 2013	1º trim. 2015	1º trim. 2017	1º trim. 2019	Varição (1º trim. 2017 - 1º trim. 2015)	Varição (1º trim. 2019 - 1º trim. 2013)
Empregados formais	55,9	56,4	53,2	50,4	-3,1	-5,4
Com carteira temporário	2,1	2,2	2,2	2,2	0,0	0,1
Com carteira tempo indeterminado	49,8	50,5	47,4	45,1	-3,1	-4,7
Militar/estatutário	3,9	3,5	3,5	3,0	-0,0	-0,8
Empregados informais	30,3	28,8	29,5	31,3	0,6	0,9
Sem carteira	25,8	24,4	25,3	27,3	0,8	1,5
Não remunerado	4,5	4,4	4,1	3,9	-0,2	-0,6
Empreendedores formais	2,6	3,2	4,3	4,5	1,1	1,8
Conta própria contribuinte	1,7	2,2	3,2	3,4	1,0	1,7
Empregador contribuinte	0,9	0,9	1,1	1,0	0,1	0,1
Empreendedores informais	11,0	11,5	12,8	13,7	1,2	2,7
Conta própria não contribuinte	10,6	11,1	12,4	13,2	1,2	2,6
Empregador não contribuinte	0,4	0,4	0,4	0,5	0,0	0,0

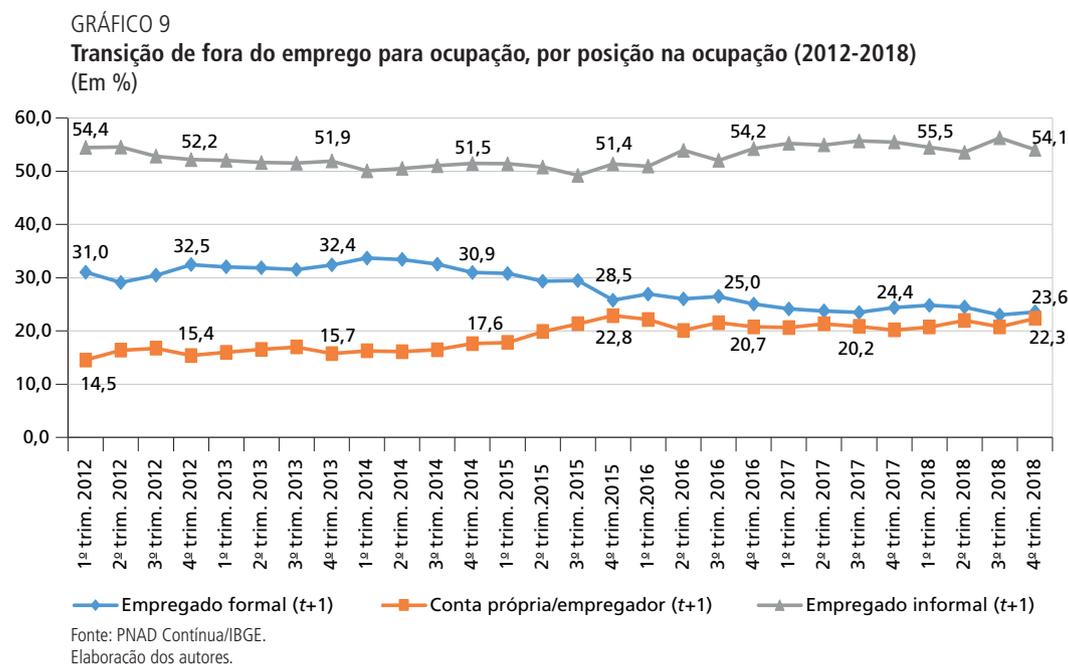
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração dos autores.

A partir do primeiro trimestre de 2015, com a deterioração do mercado de trabalho, confirma-se uma tendência de redução na participação do emprego formal e um aumento do emprego informal e trabalho por conta própria. O gráfico 9 apresenta a transição de fora do emprego, isto é, entre os que estavam desocupados ou fora da PEA, para dentro do emprego por posição na ocupação: *i*) empregado formal; *ii*) empregado informal; e *iii*) conta própria + empregador.⁶

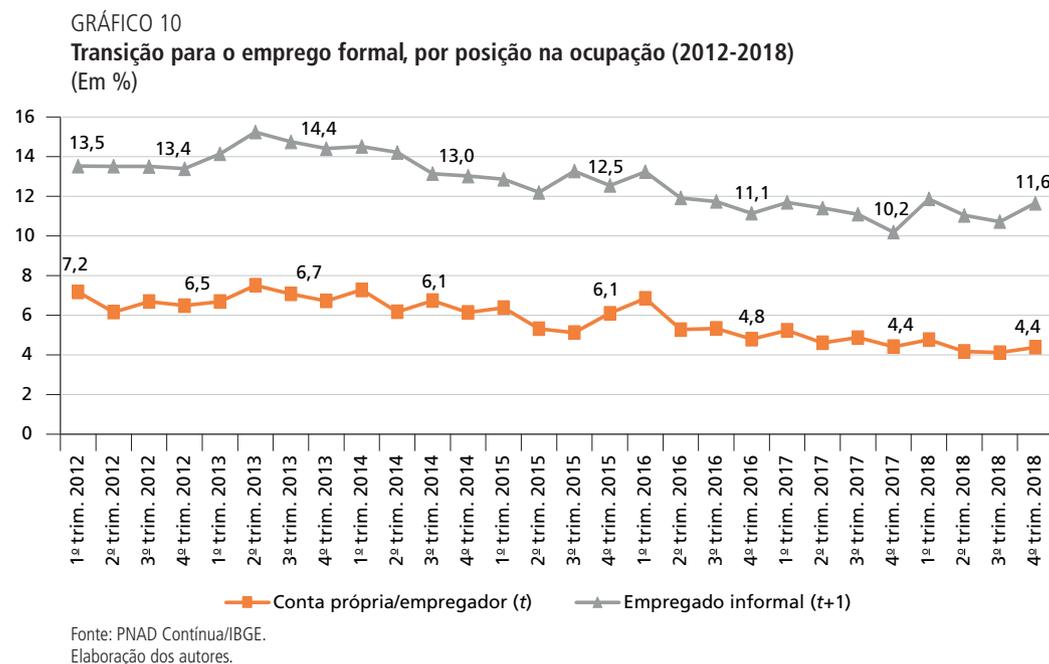
O emprego informal se configura como a principal porta de entrada do emprego para os jovens. Durante o período 2012-2018, em média, 53% dos jovens de 15 a 29 anos entram no mercado de trabalho por meio do emprego informal. Essa proporção chegou a 55,5% ao final de 2017, tendo recuado para 54,1% na transição do último trimestre de 2018. Nos últimos anos, verificou-se uma queda acentuada na entrada para o emprego formal, que passou de 30,9% – na transição do quarto trimestre de 2014 para o primeiro trimestre de 2015 – para 23,6% – no quarto trimestre de 2018. A redução na entrada para o emprego formal foi substituída, principalmente pelo aumento na entrada no emprego como conta própria ou empregador.

Cabe destacar que a entrada no emprego como conta própria/empregador já apresentava uma tendência de crescimento desde 2013, porém esse aumento ocorreu em detrimento da entrada no emprego informal. A partir do quarto trimestre de 2014, essa tendência se acelera, e a proporção de jovens de fora do emprego que transita para conta própria/empregador chega a 22,3% no quarto trimestre de 2018, um aumento de 4,8 p.p. em relação ao mesmo trimestre de 2014, e de 7,0 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2012.

6. Os empreendedores formais representam uma parcela muito pequena do total de ocupados (menor do que 5%), por isso optamos por juntar as duas categorias de empreendedores na análise de transições.



A análise do gráfico 9, em conjunto com a tabela 4, revela que, apesar de a composição do emprego dos jovens de 15 a 29 anos ainda ser majoritariamente formal, o emprego informal vem sendo cada vez mais a principal porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho. Esse fato seria menos problemático se os jovens pudessem transitar facilmente para o emprego formal após uma breve passagem pelo emprego informal. No entanto, as evidências vão de encontro a esse cenário. O gráfico 10 mostra que vem caindo as transições do emprego informal e do trabalho por conta própria para o emprego formal.



Para investigar se a queda na ocupação formal resultou em alterações no tipo de contrato ou no perfil das empresas em que os jovens estão inseridos, recorreremos aos dados da Rais no período 2012-2017. A tabela 5 apresenta a composição do emprego formal pelo tipo de vínculo do contrato. Observa-se que, para os jovens de 15 a 29 anos, em 2012, 93,3% estavam empre-

gados em contratos celetistas, 4,0% possuíam contratos temporários e 2,1% eram aprendizes. No período 2012-2017, houve uma diminuição de 1,0 p.p. nos contratos celetistas, 0,6 p.p. nos contratos temporários e aumento de 1,9 p.p. dos ocupados em contratos de aprendizagem.

Desagregando as informações por faixas etárias, vale destacar que em todas houve uma queda nos contratos temporários. Os adolescentes possuem um percentual maior de contratos de aprendizagem, que dobrou ao longo do período analisado, passando de 32,9%, em 2012, para 65,7%, em 2017. Os contratos celetistas sofreram uma redução na mesma magnitude de 2012 a 2017, passando de 65,3% para 33,2% em 2017. No Brasil, a legislação que regula a inserção desses jovens no mundo do trabalho é diferente daquela que rege a dos demais grupos. Ela preconiza que o trabalho no país é proibido para menores de 14 anos, e, desta idade até os 15 anos, só é permitido na condição de aprendiz. Entre 16 e 17 anos, o trabalho é liberado, desde que não comprometa a atividade escolar e que não ocorra em condições insalubres e com jornada noturna.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, em 2017, 91% possuíam contratos celetistas, com uma queda de 2,0 p.p. em relação a 2012. Os contratos de aprendiz cresceram 3,0 p.p. em relação a 2012, chegando a 4,9% em 2017. Os contratos temporários caíram 0,8 p.p. em todo o período analisado e representam 3,7% dos ocupados nesta faixa etária em 2017. Para os jovens de 25 a 29 anos, 96,5% dos contratos são celetistas e 3,1% são temporários. No período 2012-2017, houve um crescimento de 0,7 p.p. dos jovens celetistas.

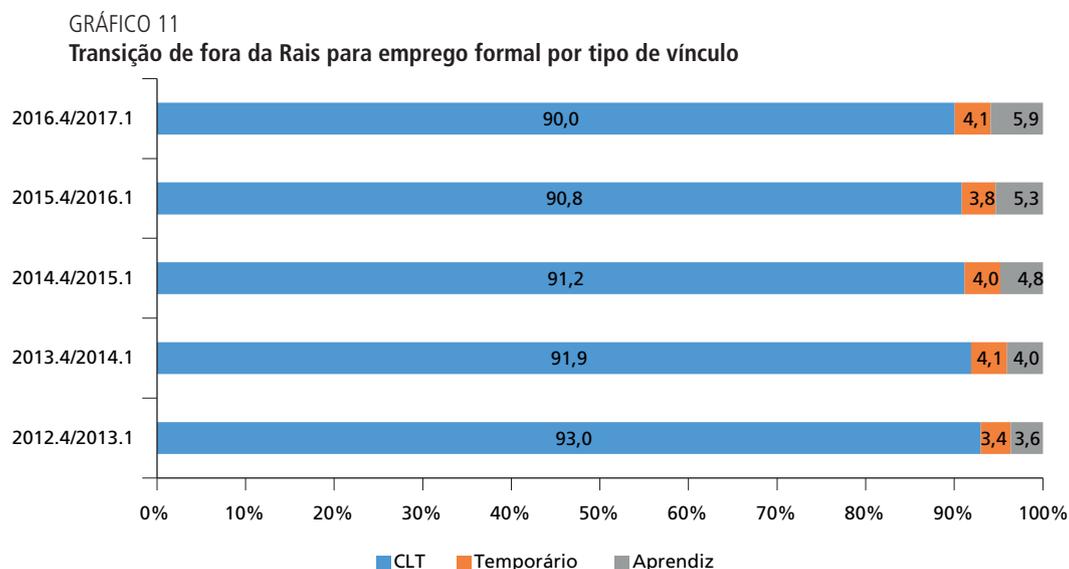
TABELA 5
Distribuição dos jovens ocupados no setor formal por faixa etária e tipo de vínculo (2012-2017)
Em (%)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição (2017-2012)
Jovens							
CLT	93,3	93,3	93,0	93,0	92,6	92,3	-1,0
Aprendiz	2,1	2,4	2,7	3,2	3,7	4,0	1,9
Temporário	4,0	3,8	3,8	3,3	3,2	3,3	-0,6
Outros	0,7	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	-0,3
15 a 17 anos							
CLT	65,3	62,3	57,4	47,3	37,0	33,2	-32,1
Aprendiz	32,9	36,1	40,9	51,5	61,9	65,7	32,8
Temporário	1,6	1,5	1,6	1,1	1,0	1,0	-0,6
Outros	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-0,1
18 a 24 anos							
CLT	93,0	93,0	92,7	92,6	91,8	91,0	-2,0
Aprendiz	1,9	2,2	2,6	3,3	4,2	4,9	3,0
Temporário	4,5	4,2	4,2	3,7	3,6	3,7	-0,8
Outros	0,7	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	-0,3
25 a 29 anos							
CLT	95,8	96,0	96,1	96,5	96,6	96,5	0,7
Temporário	3,5	3,4	3,4	3,0	3,0	3,1	-0,5
Outros	0,7	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	-0,3

Fonte: Rais/ME.
Elaboração dos autores.
Obs.: CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Com exceção do grupo de jovens de 15 a 17 anos, a composição do emprego formal por tipo de contrato de trabalho foi pouco alterada no período em análise. Os dados no gráfico 11 captam a transição dos jovens que não apareciam na Rais no quarto trimestre do ano t – isto é, não possuíam vínculo de trabalho formal – e que aparecem na Rais no primeiro trimestre do ano seguinte, sendo, portanto, uma medida de taxa de entrada no emprego formal.

A maioria dos jovens entra no emprego formal por meio do contrato celetista – no primeiro trimestre de 2013, 93% dos jovens de 15 a 29 anos entraram na Rais com esse tipo de contrato. Esse percentual reduziu-se para 90% no primeiro trimestre de 2017. Os contratos temporários representavam 4,1% das entradas no primeiro trimestre de 2017, uma redução de 0,7 p.p. em comparação ao primeiro trimestre de 2013. Já os contratos de aprendizagem aumentaram sua participação em relação ao total de entradas, de 3,6% para 5,9%, tendência que já havia sido notada nos dados de estoque da tabela 5.

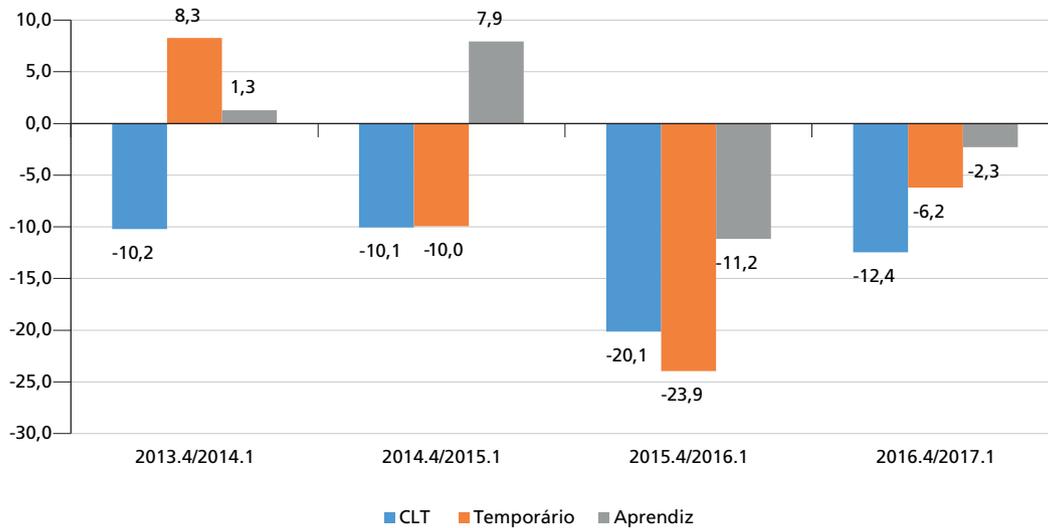


Fonte: Rais/ME.
Elaboração dos autores.

O aumento da participação nos contratos de aprendizagem na composição do emprego pode ser atribuído à queda brusca na entrada no emprego formal nas outras formas de contratação. O gráfico 12 mostra a variação interanual no número absoluto de jovens que estavam fora da Rais, mas que transitaram para o emprego formal no primeiro trimestre, por tipo de vínculo empregatício. Na virada do quarto trimestre de 2013 para o primeiro trimestre de 2014, a entrada na Rais pelo contrato celetista já havia decrescido 10% em relação ao ano anterior. Nesse mesmo ano, ainda se verificou um aumento de 8,3% na entrada em contratos temporários e de 1,3% na entrada em contratos de aprendizagem.

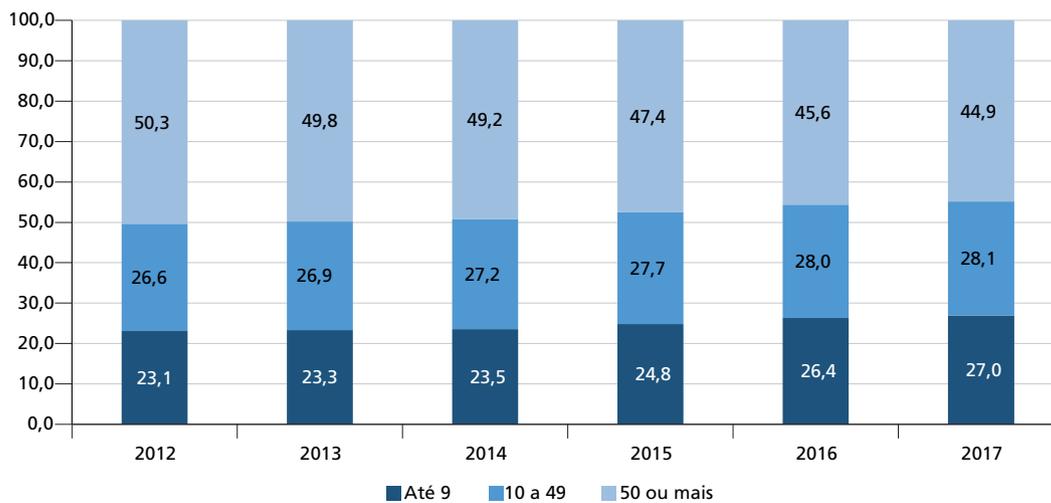
Outro ponto importante diz respeito ao tamanho das empresas onde os jovens estão inseridos e à existência ou não de alterações de 2012 a 2017. O gráfico 13 mostra uma queda gradual no emprego formal nas empresas maiores, no período 2012-2017 (50,3% para 44,9%), e um aumento na proporção do emprego nas empresas menores (23,1% para 27%).

GRÁFICO 12
Varição interanual do número de jovens que transitou de fora da Rais para o emprego formal por tipo de vínculo
 (Em %)



Fonte: Rais/ME.
 Elaboração dos autores.

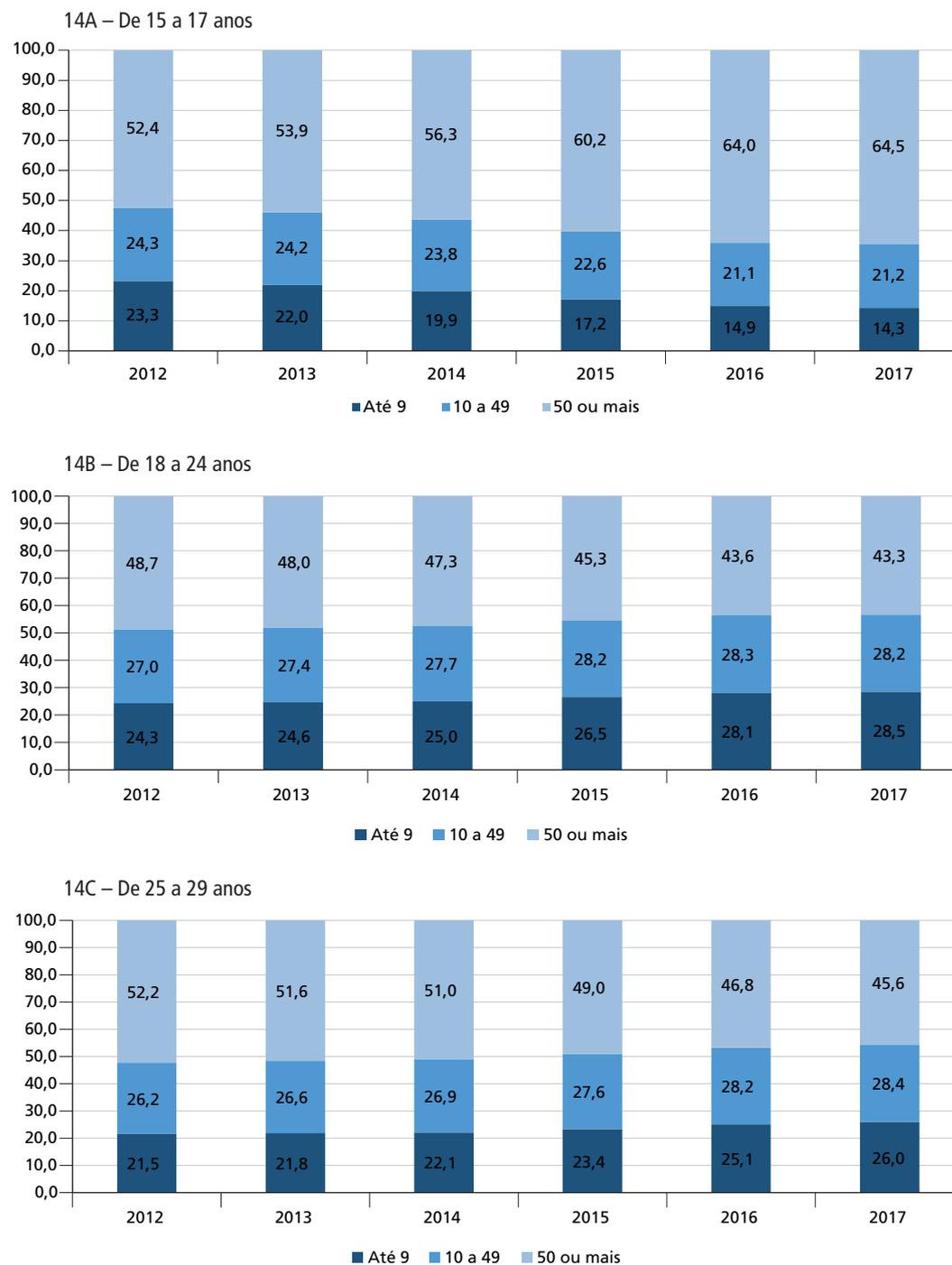
GRÁFICO 13
Tamanho da empresa¹ com jovens de 15 a 29 anos (2012-2017)
 (Em %)



Fonte: Rais/ME.
 Elaboração dos autores.
 Nota: ¹ Auferido pelo número de funcionários.

Quando desagregamos as informações por faixa etária, observamos padrões muito diferentes entre os grupos de jovens analisados. Entre os adolescentes, cuja maioria encontra-se atualmente em contratos de aprendizagem, verificamos um crescimento na proporção dos jovens em empresas maiores, que passou de 52,4% para 64,5%, e um decréscimo em empresas médias e pequenas.

GRÁFICO 14
Tamanho¹ da empresa por faixa etária (2012-2017)
 (Em %)



Fonte: Rais/ME.

Elaboração dos autores.

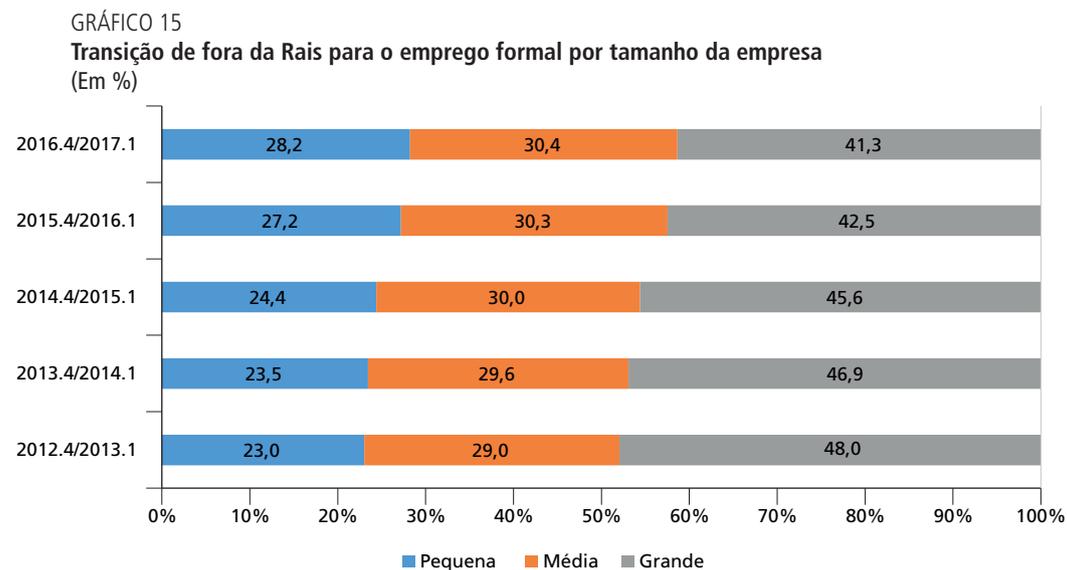
Nota: ¹ Auferido pelo número de funcionários.

Para os jovens de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, houve queda na proporção de empregados em empresas com mais de cinquenta funcionários, com destaque para os mais velhos, que tiveram redução de 6,6 p.p., passando de 52,2% para 45,6%. Entre os jovens de 18 a

24 anos, esse percentual passou de 48,7% para 43,3%. Em ambos os grupos etários, houve crescimento da proporção de jovens em empresas médias e pequenas.

No gráfico 15, analisamos a transição dos jovens que não apareciam na Rais para o emprego formal por tamanho da empresa. Nota-se um aumento na proporção de jovens que transitaram de fora da Rais para o emprego formal por intermédio das empresas pequenas (até nove empregados). No primeiro trimestre de 2013, 23% dos jovens entraram na Rais por meio das empresas de menor porte. Já em 2017, o percentual passou para 28,2%. Nas empresas médias (de dez a 49 empregados), o percentual de entrada no emprego formal ficou em torno de 30%, com um aumento de 1,0 p.p. do período 2012-2017. Nas empresas grandes (com cinquenta ou mais empregados), houve redução da participação na entrada para o emprego formal, que passou de 48% para 40% nos primeiros trimestres de 2013 e 2017, respectivamente.

Em valores absolutos, o número de jovens admitidos nas grandes empresas se reduziu em 49%. Nas médias e pequenas empresas, também houve redução na admissão, mas, em termos proporcionais, a queda foi menor nestas. Devido a isso, houve aumento da participação das empresas pequenas no emprego total de jovens.



Fonte: Rais/ME.
Elaboração dos autores.

A tabela 6 apresenta a distribuição do total de ocupados (formais e informais) na PNAD Contínua por setor de atividade nos primeiros trimestres de 2013, 2015, 2017 e 2019. Nas variações de 2013 a 2019, destaca-se o aumento de 6,1 p.p. no setor de serviços. Comércio registrou um crescimento mais modesto, de 0,8 p.p. Ambos os setores apresentam a maior proporção de ocupados. O setor de locação de mão de obra possui menos de 1% de jovens ocupados e permaneceu praticamente sem alteração no período analisado. Os demais setores apresentaram quedas do número de ocupados, com destaque para indústria, com queda de 2,7 p.p., e construção, -1,7 p.p. Agropecuária, administração pública e serviços domésticos tiveram quedas de 1,1 p.p., 0,9 p.p. e 0,6 p.p., respectivamente. Já no período de maior intensificação do desemprego, entre 2015 e 2017, destaca-se a queda do emprego na indústria (-2,6 p.p.).

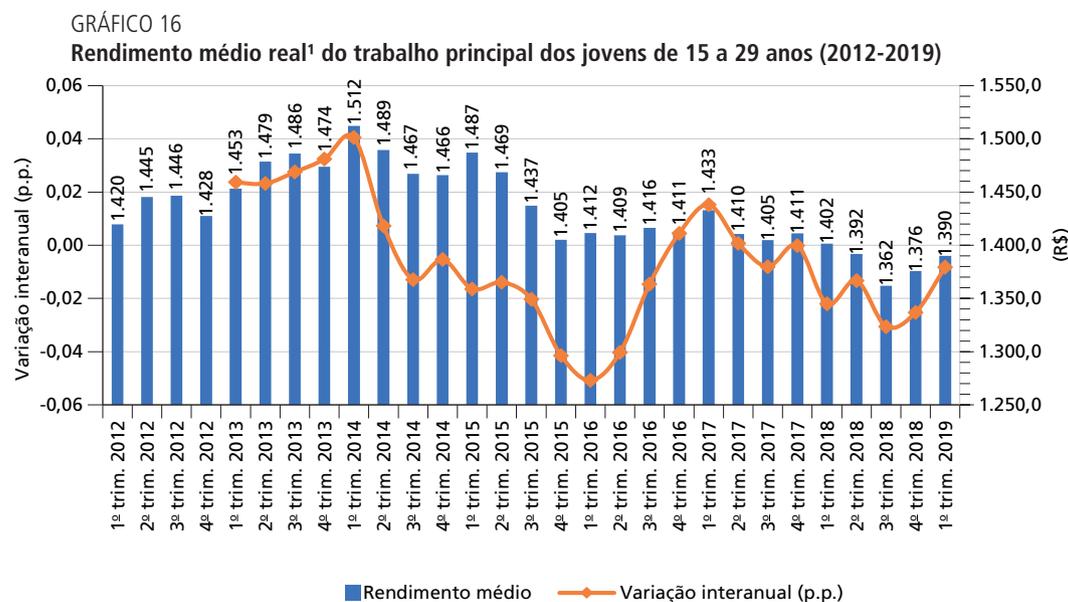
TABELA 6
Distribuição dos jovens ocupados por setor de atividade
(Em %)

	1º trim. 2013	1º trim. 2015	1º trim. 2017	1º trim. 2019	Varição 2017-2015	Varição 2019-2013
Administração pública	4,6	4,1	3,8	3,7	-0,3	-0,9
Agropecuária	9,1	8,7	8,8	8,1	0,1	-1,1
Comércio	24,1	24,2	25,4	24,9	1,2	0,8
Construção	8,1	8,0	7,2	6,4	-0,8	-1,7
Indústria	16,3	16,5	14,0	13,6	-2,6	-2,7
Serviços	32,6	33,8	35,9	38,7	2,1	6,1
Serviços domésticos	4,3	3,7	3,9	3,7	0,1	-0,6
Locação de mão de obra	0,7	0,9	1,0	0,9	0,1	0,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

3.3 Rendimentos e jornada

O rendimento real habitualmente recebido oscilou em torno de uma média de R\$ 1.434 no período de 2012 ao primeiro trimestre de 2019. O gráfico 16 ilustra a média da remuneração real obtida no trabalho principal dos jovens nesse período. Nele, é possível notar que o rendimento declina a partir de 2015, registrando um valor de R\$ 1.405 no quarto trimestre de 2015. Em 2016 e 2017, continua oscilando em valores mais baixos, volta a cair em 2017, chegando ao seu menor valor no terceiro trimestre de 2018 (R\$ 1.362).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Em R\$ de fevereiro de 2019 – deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A tabela 7 ilustra o rendimento real do trabalho principal, em diferentes desagregações, nos primeiros trimestres de 2013 a 2019, além de apresentar as variações ao longo de todo o período e também no período de maior recessão do mercado de trabalho (2015 a 2017). Nota-se que a diminuição da remuneração, a partir de 2015, reportada no gráfico 16 para o agregado dos jovens, está presente em todos os recortes. Vale destacar a queda mais acentuada em termos proporcionais dos jovens com menos idade (15 a 17 anos). Uma possível

explicação para esse grupo está no fato de grupos mais “informais” terem o salário mais flexível, e, portanto, mais propensos a ajustes.

Os homens também tiveram uma diminuição maior da remuneração, e a diferença salarial entre homens e mulheres caiu bastante no mesmo período. Com relação ao grau de instrução, os jovens com fundamental completo apresentaram uma queda de 7%, um pouco maior que a queda dos jovens com fundamental incompleto (-4%).

TABELA 7
Rendimento médio real¹ do trabalho principal dos jovens por características socioeconômicas (Em R\$)

Ano	1 ^o trim. 2013 (R\$)	1 ^o trim. 2015 (R\$)	1 ^o trim. 2017 (R\$)	1 ^o trim. 2019 (R\$)	Variação 2017-2015 (%)	Variação 2019-2013 (%)
Jovens	1.453,2	1.487,2	1.433,1	1.390,0	-3,6	-4,3
Faixa etária						
15 a 17 anos	689,1	692,6	639,0	606,4	-7,7	-12,0
18 a 24 anos	1.265,7	1.265,9	1.201,3	1.170,6	-5,1	-7,5
25 a 29 anos	1.793,3	1.840,9	1.762,2	1.708,6	-4,3	-4,7
Gênero						
Homens	1.534,2	1.576,9	1.494,0	1.442,2	-5,3	-6,0
Mulheres	1.339,3	1.361,3	1.348,2	1.319,0	-1,0	-1,5
Nível de ensino						
Fundamental incompleto	916,3	958,9	913,3	878,6	-4,8	-4,1
Fundamental completo	1.558,7	1.579,2	1.507,2	1.451,8	-4,6	-6,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

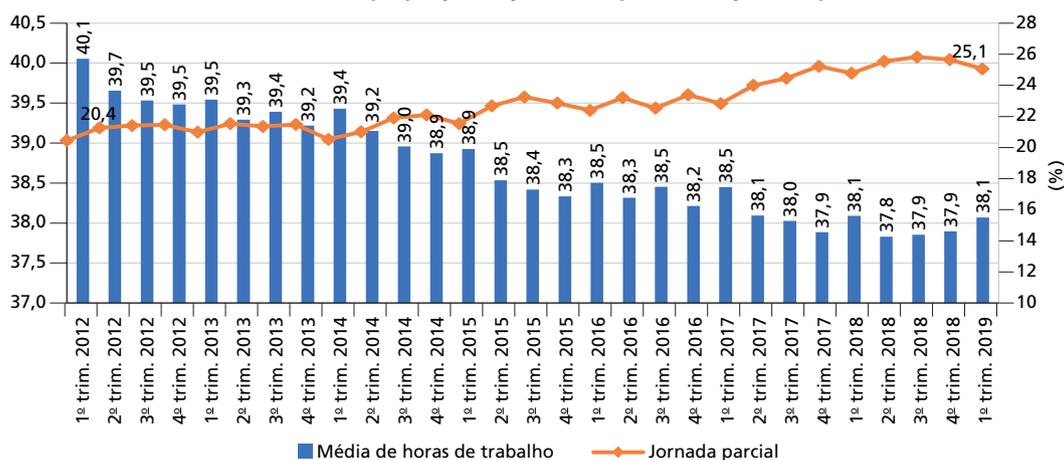
Nota: ¹ Em R\$ de fevereiro de 2019 – deflacionado pelo IPCA.

A queda na remuneração dos jovens apresentada na tabela 7 está relacionada também ao aumento da jornada de trabalho parcial, como ilustrado no gráfico 17. Nele, observa-se que houve um aumento na proporção de jovens em jornada parcial ao longo de todo o período, principalmente a partir de 2015, passando de 20,4%, em 2012, para 25,1%, no primeiro trimestre de 2019.

O gráfico 18 mostra as diferenças da evolução da proporção de jovens trabalhando em jornada parcial, com carteira e sem carteira assinada, de 2012 a 2019. Observa-se um aumento ao longo de todo o período analisado na proporção de jovens sem carteira assinada, que passou de 34,9%, no primeiro trimestre de 2012, para 41,2%, no primeiro trimestre de 2019. Já os trabalhadores com carteira também apresentaram crescimento em jornada parcial, principalmente a partir do final de 2016. Porém, o crescimento foi menos expressivo, passando de 6,7%, no terceiro trimestre de 2016, para 7,8%, no primeiro trimestre de 2019.

GRÁFICO 17

Média de horas de trabalho e proporção de jovens ocupados com jornada parcial (2012-2019)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

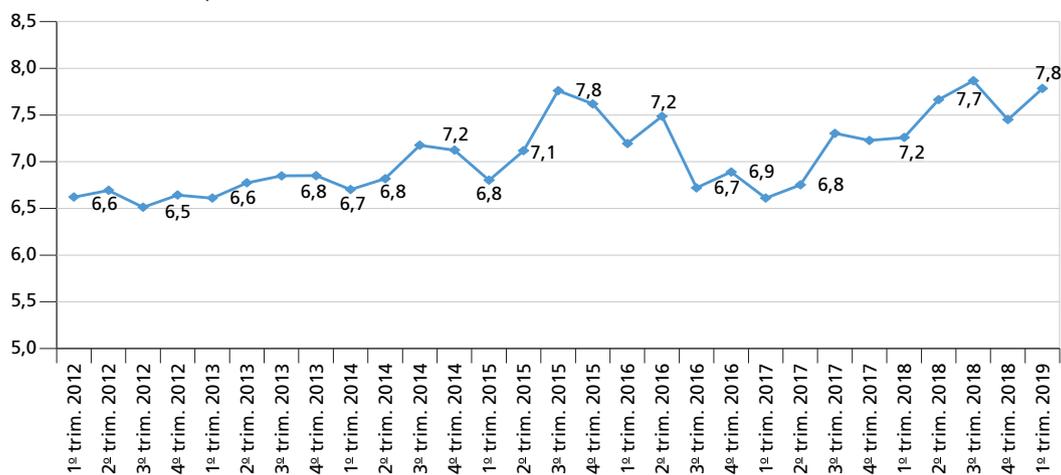
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 18

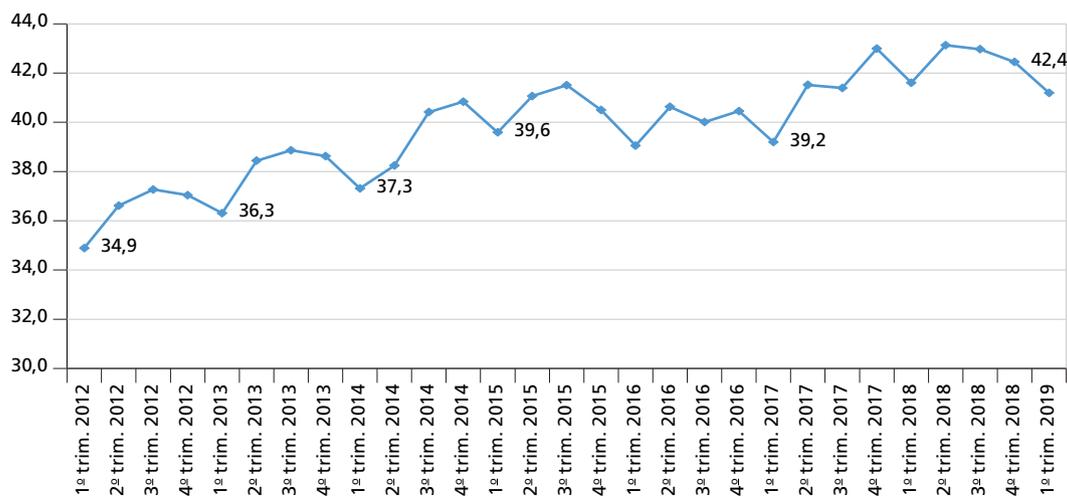
Média de horas de trabalho e proporção de jovens ocupados com jornada parcial (2012-2019)

(Em %)

18A – Jornada parcial (com carteira)



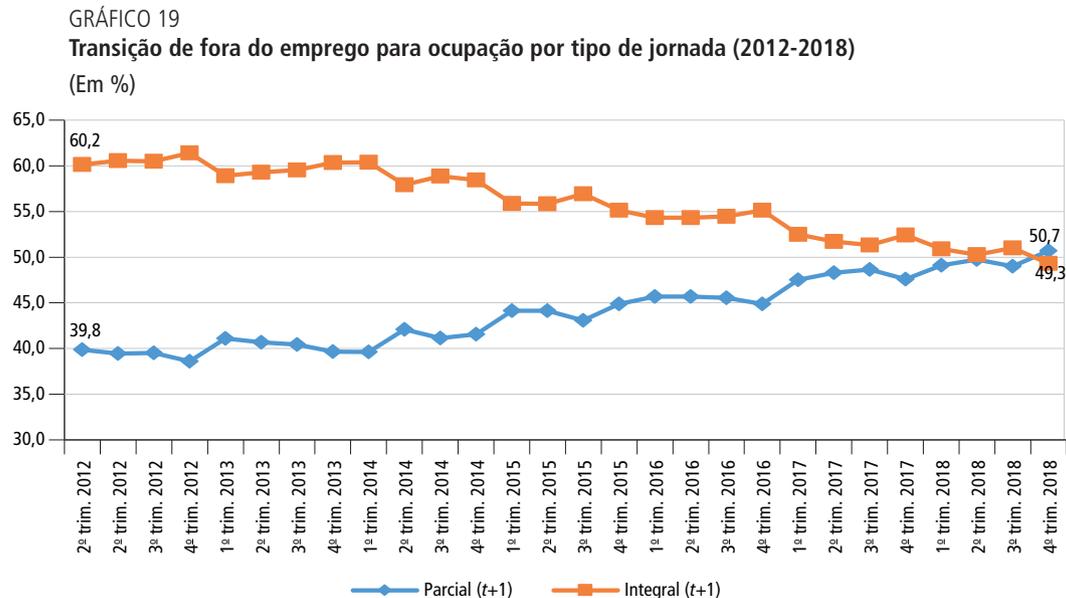
18B – Jornada parcial (sem carteira)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração dos autores.

O gráfico 19 mostra a transição de fora do emprego, ou seja, entre os que estavam desocupados ou fora da PEA, para dentro do emprego por tipo de jornada: jornada parcial e jornada integral. Nele, podemos observar que, até o final de 2013, a entrada no emprego ocorria em ocupações com jornada de trabalho integral (com mais de trinta horas). A partir do primeiro trimestre de 2014, verifica-se uma queda na entrada de empregos de jornada integral e um aumento na entrada em empregos de jornada parcial. No último trimestre de 2018, a proporção de jovens que transitou para o emprego em jornada parcial (50,7%) ultrapassa a proporção de jovens que transitou para emprego em jornada integral (49,3%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

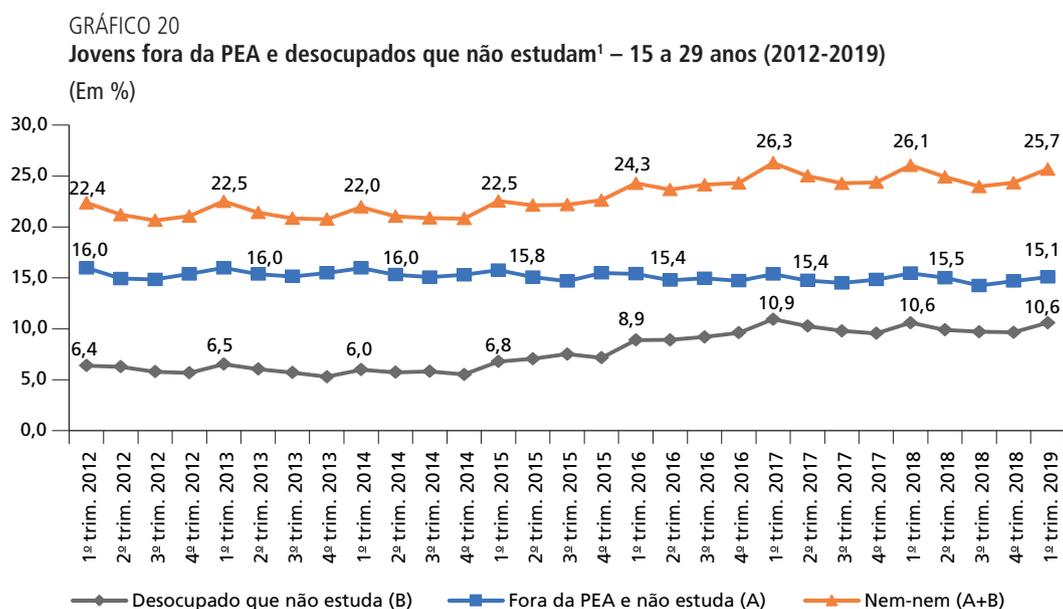
4 AMPLIANDO O FOCO: ESTUDO E MERCADO DE TRABALHO

Nesta seção, investigamos a conciliação entre as atividades de estudo e trabalho dos jovens brasileiros. A integração dos jovens na sociedade, tradicionalmente imaginada como uma sequência de passos da escola para o trabalho, não é um processo linear. Essa, cada vez mais, tem sido substituída por trajetórias diversificadas, que podem envolver a entrada e a saída do mercado de trabalho, bem como a interação entre as atividades laborais e educacionais dos jovens. Nesse sentido, o tema dos jovens que não estudam e não trabalham, os chamados nem-nem, tem ganhado cada vez mais destaque no debate de políticas públicas para jovens.

É importante ressaltar que não há um consenso sobre a definição do grupo de jovens nem-nem. Na literatura internacional, o termo NEET (*not in education, employment or training*) é utilizado para se referir aos jovens que não estão frequentando o ensino regular ou qualificação profissional e que não estão empregados (Eurofound, 2012). No Brasil, a maioria dos estudos (Camarano e Kanso, 2012; Monteiro, 2013; Menezes Filho, Cabanas e Komatsu, 2013) utiliza o conceito nem-nem para se referir aos jovens que não frequentam o ensino formal e que estão fora da força de trabalho, excluindo-se os jovens desempregados e que não estudam do grupo nem-nem. A dimensão de qualificação profissional não costuma ser abordada, devido à indisponibilidade de dados e à reduzida participação desse tipo de ensino no país.

A inclusão do grupo de desempregados na categoria de jovens nem-nem tem implicações importantes, principalmente em períodos recessivos, em que há uma elevação considerável da taxa de desemprego. Seguindo a literatura internacional, o termo nem-nem será utilizado daqui em diante para se referir às categorias de jovens fora da PEA e desocupados que não estudam.

O gráfico 20 exibe a evolução dos dois grupos que compõem o nem-nem. A linha laranja equivale à soma das duas categorias. Do primeiro trimestre de 2015 até o mesmo trimestre de 2017, a proporção de jovens nem-nem aumentou em 3,7 p.p., chegando a 26,3%, maior valor da série histórica. Esse crescimento se deveu ao aumento de 4,1 p.p. na proporção de desempregados que não estudam, que chegou a 10,9% no primeiro trimestre de 2017. Nesse mesmo período, o percentual de jovens fora da PEA e que não estudam se manteve relativamente constante, passando de 15,8%, no primeiro trimestre de 2015, para 15,4%, no primeiro trimestre de 2017.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ São considerados como estudantes os jovens que responderam estar frequentando regularmente alguma etapa da educação básica (ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos) ou do ensino superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado).

Nos últimos dois anos da série, verifica-se uma redução bem pequena na proporção de nem-nem, que fica em 25,7% no primeiro trimestre de 2019. Além do crescimento na proporção de jovens nem-nem no período 2015-2017, é importante notar a sazonalidade trimestral que existe nesse grupo. A proporção de jovens fora da escola tende a ser maior no primeiro trimestre e se reduz ao longo do ano. Esse fato está relacionado ao início do ano letivo, que, em geral, ocorre em março. Como janeiro e fevereiro são meses de recesso escolar, é provável que um número maior de jovens não esteja matriculado no ensino regular nesses dois meses, aumentando o percentual de nem-nem no primeiro trimestre.

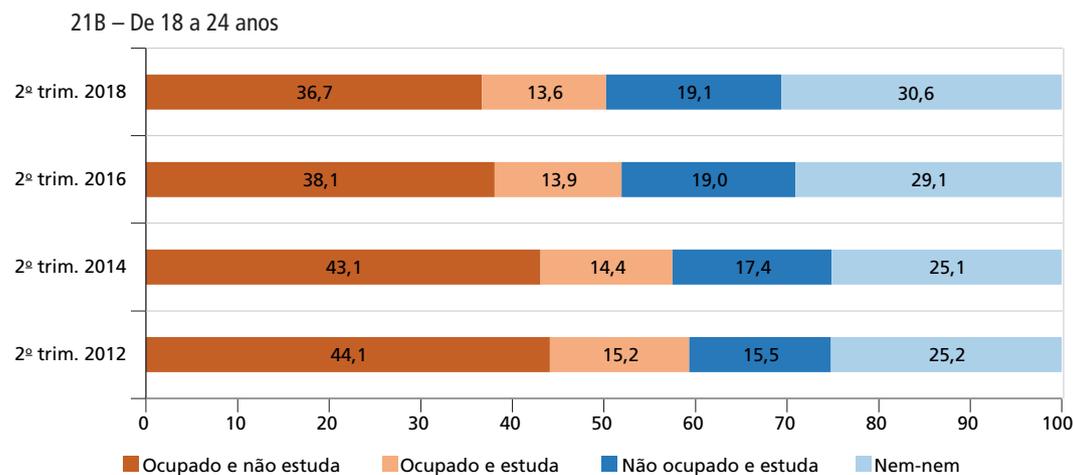
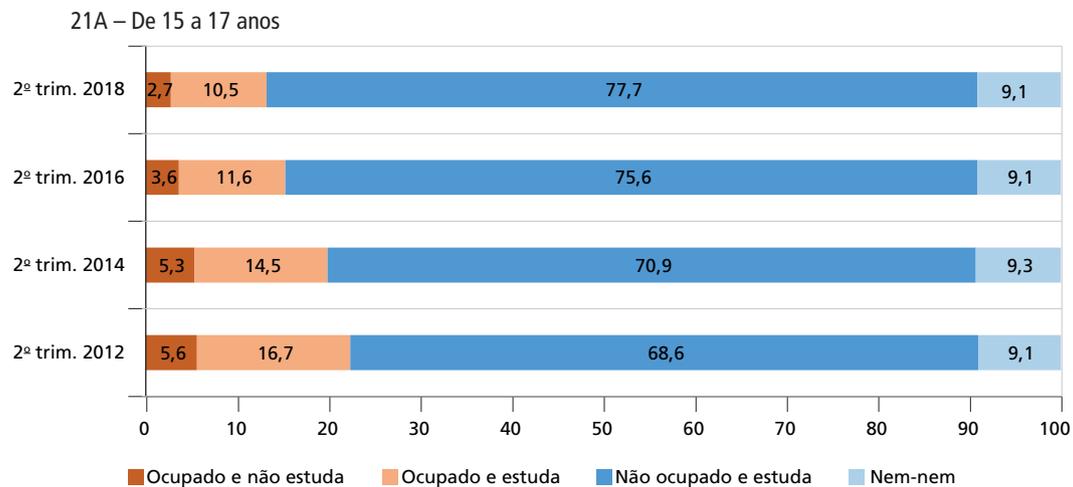
A alocação dos jovens entre estudo e trabalho é muito influenciada pela faixa etária. Os adolescentes, de 15 a 17 anos, ainda se encontram em idade escolar; portanto, nesse grupo etário, é esperado que os jovens estejam estudando, ou combinando estudo com alguma atividade de trabalho. A problemática dos nem-nem entre os adolescentes está diretamente relacionada à evasão escolar. A partir dos 18 anos, o envolvimento com o mercado de trabalho

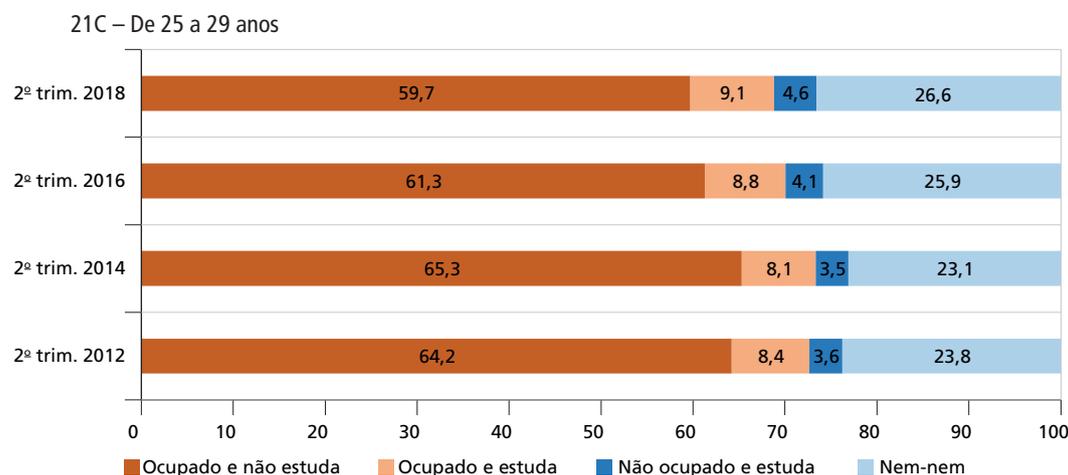
é crescente, e as dificuldades de inserção no trabalho, como as altas taxas de desemprego e o desalento, tendem a ter um peso maior na determinação do nem-nem.

A análise desenvolvida nesta seção será desagregada por faixa etária. Tendo em vista a sazonalidade na frequência escolar, optamos por centrar a análise da conciliação de estudo e trabalho no segundo trimestre, período em que o ano letivo já está em curso. O gráfico 21 apresenta a distribuição dos jovens em quatro categorias: *i*) ocupado e estuda; *ii*) não ocupado (desocupado + fora da PEA) e estuda; *iii*) ocupado e não estuda; e *iv*) nem-nem (desocupado + fora da PEA) e não estuda, para o segundo trimestre de 2012 a 2018.

Entre os mais novos, de 15 a 17 anos, a maioria frequentava a escola e não trabalhava (77,7% em 2018). Esse grupo apresentou crescimento de 9 p.p. no período. Em contrapartida, houve uma queda no percentual dos grupos de ocupados que estudavam (-6 p.p.) e de ocupados que não estudavam (-3 p.p.). A proporção de nem-nem manteve-se relativamente constante, em torno de 9%. Com isso, a frequência escolar bruta, considerando o total de jovens que estudam, aumentou para 88% em 2018, maior valor da série.

GRÁFICO 21
Alocação dos jovens nas categorias de estudo e trabalho – 15 a 29 anos
(Em %)





Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

Na faixa etária de 18 a 24 anos, houve uma queda brusca na proporção de ocupados que não estudam (-7,4 p.p.) e uma queda mais suave entre os ocupados que estudam (-1,6 p.p.). Essa queda na ocupação foi compensada, em parte, por uma elevação de 5,4 p.p. no grupo de jovens nem-nem – que atingiu o alarmante valor de 30,6% no segundo trimestre de 2018 – e, em parte, por um aumento no percentual de não ocupados que estudam (3,6 p.p.). De maneira geral, a ocupação caiu em 9,0 p.p. e a frequência escolar aumentou em cerca de 2,0 p.p., com 32,7% dos jovens nessa faixa etária frequentando escola ou universidade.

No mesmo período, os jovens de 25 a 29 anos apresentaram mudanças menos bruscas na ocupação. O percentual de ocupados que não estudam foi reduzido em 4,5 p.p., chegando a 59,7% em 2018. Os percentuais de jovens que combinavam as atividades de estudo e trabalho e que só estudavam apresentaram leve aumento, de cerca de 1,0 p.p., e a proporção de nem-nem cresceu em 2,8 p.p.

Em resumo, para os mais novos, de 15 a 17 anos, a queda na ocupação foi compensada pelo aumento na frequência escolar, e a proporção de nem-nem manteve-se relativamente constante. Já nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, mais engajadas com o mercado de trabalho, a queda na ocupação foi compensada, apenas em parte, pelo aumento da frequência escolar, por isso houve um aumento na proporção de jovens nem-nem.

A tabela 8 apresenta alguns indicadores educacionais por faixa etária. No grupo de 15 a 17 anos, além do aumento da frequência bruta – que é medida pelo percentual de jovens dessa faixa etária frequentando qualquer nível de ensino –, verificou-se um aumento de 7 p.p. na frequência no ensino médio. Esse indicador sugere que houve uma melhoria no fluxo escolar, isto é, menor retenção dos jovens no ensino fundamental.

TABELA 8
Indicadores de escolaridade por faixa etária
(Em %)

Indicador	2º trim. 2012	2º trim. 2014	2º trim. 2016	2º trim. 2018	Varição 2018-2012
15 a 17 anos					
Frequência bruta	85,3	85,4	87,2	88,2	2,8
Frequentando ensino médio	58,5	61,2	64,2	65,4	7,0
18 a 24 anos					
Com ensino médio completo	55,8	58,5	61,3	64,1	8,4
Frequentando ensino superior	16,5	18,2	20,6	21,7	5,2
25 a 29 anos					
Com ensino médio completo	60,8	63,6	66,6	68,4	7,6
Com algum ensino superior ¹	22,7	24,2	27,6	29,8	7,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Inclui quem tem ensino superior completo e quem cursou por ao menos um ano com aprovação o ensino superior.

Outro destaque positivo foi o aumento do percentual de jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos com ensino médio completo, que chegou a 64,1% e 68,4%, respectivamente, no segundo trimestre de 2018. Como consequência do aumento de concluintes no nível médio, também ocorreu um aumento da frequência no ensino superior dos jovens de 18 a 24 anos, que passou de 16,5%, em 2012, para 21,7%, em 2018; e do número de jovens de 25 a 29 anos com algum ensino superior, que chegou próximo a 30% no segundo trimestre de 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos avaliar a recente evolução do mercado de trabalho dos jovens brasileiros, por meio dos dados da PNAD Contínua, no período entre o primeiro trimestre de 2012 até o primeiro trimestre de 2019, e da Rais, de 2012 a 2017.

A análise da conjuntura do mercado de trabalho nos anos mais recentes tem destacado um expressivo aumento na taxa de desemprego de jovens, principalmente entre 2015 e 2017. Pela análise de fluxo, observou-se que, durante o período recessivo, ocorreu uma elevação da transição para o desemprego dos jovens que se encontravam inicialmente ocupados ou que estavam fora da força de trabalho. Concomitantemente ao maior ingresso de jovens no desemprego, os dados também apontam para uma maior retenção dos jovens no estado de desemprego como um importante determinante no aumento do desemprego dos jovens.

A proporção de jovens desempregados que buscavam trabalho há pelo menos um ano, que era de 29,9% no primeiro trimestre de 2013, aumentou para 38,8% no primeiro trimestre de 2019. Esse fato é extremamente preocupante, principalmente para os jovens que estão iniciando sua carreira profissional.

Quando analisamos a qualidade do emprego dos jovens, identificamos que a dificuldade em se colocar no mercado de trabalho hoje aumenta a propensão do jovem a aceitar uma ocupação de pior qualidade. A partir do primeiro trimestre de 2015, com a deterioração do mercado de trabalho, confirma-se uma tendência de redução na participação do emprego formal e de aumento do emprego informal e trabalho por conta própria. Essa tendência é preocupante, pois, assim como episódios no desemprego no início da trajetória profissional, o ingresso no mercado de trabalho pelo emprego informal tende a comprometer a trajetória

profissional dos jovens por muito tempo. Para se ter uma ideia da gravidade do problema, durante o período 2012-2018, em média 53% dos jovens de 15 a 29 anos entram no mercado de trabalho por meio do emprego informal.

Outro ponto importante diz respeito ao tamanho das empresas em que os jovens estão inseridos. No período 2012-2017, houve uma queda na participação do emprego formal nas empresas grandes (com cinquenta ou mais empregados), que passou de 50,3% para 44,9%. Em compensação, houve um aumento na proporção do emprego nas empresas menores (23,1% para 27%). Em valores absolutos, a redução na admissão do emprego formal ocorreu nas três faixas de tamanho de empresa. No entanto, essa redução foi mais acentuada nas empresas grandes, por isso houve aumento da participação das empresas pequenas no emprego total de jovens. Com relação à remuneração dos jovens, notou-se uma diminuição a partir de 2015, que está presente em todos os recortes analisados. A queda na remuneração dos jovens está relacionada também ao aumento da jornada de trabalho parcial.

Em suma, vimos que, para além do aumento no desemprego dos jovens após 2015, há outros sinais que nos permitem formular um diagnóstico mais elaborado sobre como se altera a inserção dos jovens no mercado de trabalho em momentos de forte aumento no desemprego. Tal diagnóstico pode ser bastante informativo sobre como a pandemia da Covid-19 pode alterar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, haja vista que se trata de um choque de natureza semelhante no que diz respeito a uma forte contração na demanda, que deve levar a uma outra forte aceleração no desemprego.

O diagnóstico que traçamos mostra, por um lado, que os jovens estavam tendo mais dificuldade de sair do desemprego. E mostra, por outro lado, que os jovens que conseguiam se empregar estavam cada vez mais concentrados em postos associados a menores salários e/ou a menores níveis de produtividade. Ambos os fatos têm consequências para além da perda de bem-estar imediata dos jovens, podendo vir a comprometer a trajetória profissional desses jovens por vários anos, e, conseqüentemente, a trajetória futura da produtividade do trabalho no Brasil. Esse quadro torna oportuna ações voltadas a melhorar a inserção dos jovens no mercado de trabalho em momentos como este por que estamos passando.

REFERÊNCIAS

BELL, D. N.; BLANCHFLOWER, D. G. Young people and the great recession. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 27, n. 2, p. 241-267, 2011.

BLANCHARD, O.; DIAMOND, P. The flow approach to labor market. **American Economic Review**, v. 82, n. 2, p. 354-359, 1992.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Inserção dos jovens no mercado de trabalho: evolução e determinantes. **Boletim Juventude Informa**, Brasília, n. 2, ano 1, out. 2014. (Série Juventude Informa). Disponível em: <<https://is.gd/i49ZWU>>.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Boletim Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n. 53, p. 37-44, 2012.

CONSTANZI, R. N. **Trabalho decente e juventude no Brasil**: Brasil. Brasília: OIT, 2009.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro**: evolução e desigualdades no período 2006-2013. Brasília: OIT; Ipea, 2015.

- CORSEUIL, C. H. *et al.* A Rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. **Boletim Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n. 55, p. 157-173, 2013.
- CRUCES, G.; HAM, A.; VIOLLAZ, M. **Scarring effects of youth unemployment and informality**: evidence from Argentina and Brazil. 2012. Mimeografado.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro: 2002 a 2014**. São Paulo: Dieese, 2016.
- DUNSCH, S. Okun's Law and youth unemployment in Germany and Poland. **International Journal of Management and Economics**, v. 49, n. 1, p. 34-57, 2016.
- EUROFOUND – EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS. NEETs – Young people not in employment, education or training: characteristics, costs and policy responses in Europe. **Publications Office of the European Union**, Luxembourg, 2012.
- HUCKFELDT, C. **Understanding the scarring effect of recessions**. [s.l.]: SED, 2018. (Meeting Papers, n. 1207).
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n. 68, 2020.
- MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H.; KOMATSU, B. K. **A condição “nem-nem” entre os jovens é permanente?** [s.l.]: Insper, 2013. (Policy Paper, n. 7).
- MONTEIRO, J. **Quem são os jovens nem-nem?** Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Rio de Janeiro; São Paulo: Ibre/FGV, set. 2013. (Texto de Discussão, n. 34).
- MOREIRA, A.; FOGUEL, M.; CORSEUIL, C. H. **Fluxos no mercado de trabalho e dinâmica do desemprego em diferentes horizontes temporais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2345).
- O'HIGGINS, N. The Challenge of youth unemployment. **International Social Security Review**, v. 50, n. 4, p. 63-93, 1997.
- REIS, M. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 1, p. 125-143, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3cNlz1b>>.
- VENTURINI, G.; TORINI, D. **Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil**. Genebra: OIT, 2014.
- ZANIN, L. On Okun's Law in OECD countries: an analysis by age cohorts. **Economics Letters**, v. 125, n. 2, p. 243-248, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M.; POLOPONSKY, K. Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, n. 64, p. 63-72, 2018.
- DIXON, R.; LIM, G. C.; VAN OURS, J. C. **Revisiting Okun's Relationship**. Bonn, Germany: IZA, 2016. (Discussion Paper, n. 9815).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Amanda Ramos Marques (estagiária)

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Andrey Tomimatsu

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



Organização
Internacional
do Trabalho

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL